

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • n.º 158 • De 16 a 29 de setembro de 1982 • Cr\$ 70,00

Realizado
o III Encontro
Negro das Américas
(pág. 15)

Diretório Nacional:

"Só o PT tem a coragem e o compromisso de atacar o lucro e o poder dos patrões"

Aqui, a cobertura completa da reunião do Diretório Nacional (págs. 2 e 3)

Itaú 19:05. 38



GENEBRAS

México

A experiência de uma campanha revolucionária (págs. 6 e 7)



Jesus Carlos

Emílio Brauns F.º

UNE

Novo golpe da diretoria

A diretoria da UNE não hesita em adiar o congresso marcado pelo CONEB, prejudicando a promoção do Cio da Terra no Rio Grande do Sul (pág. 16).

9 ENCONTRO DA ADVERTÊNCIA GABRIELA

Cio da Terra



UNE
UNICA LITERATI
DA BANCA TRILHO
CONHEÇA POLICIA
DEPARTAMENTO DE
RELAÇÕES DE TRABAHO
1982 de setembro - outubro do ano 1982

Toronto, Canadá

O mundo capitalista à beira do colapso

Torna-se cada vez maior a pressão sobre o sistema financeiro internacional, com a ameaça de uma quebra em cadeia. A especulação do capital financeiro nos últimos anos está na raiz da crise. Reunidos em Toronto, os expoentes do capitalismo mundial dão mostras da sua impotência para estabelecer o controle do caos econômico. Leia a cobertura nas páginas 8 e 9.



A conjuntura perigosa do movimento sindical.

As reuniões dos dias 28 e 29 do bloco combativo e dos dias 11 e 12 convocada pela maioria golpista da pró-CUT aprofundaram a cisão. A construção de uma Central Única pela base está em perigo (pág. 10)

A reunião do Diretório Nacional O PT na reta final da campanha

Reafirmando a preocupação no acento da marca classista da campanha, criticando a desunificação e atacando as feridas mais fortes do eleitoralismo, a direção do PT dá os últimos retoques na campanha do partido.

Por Juares Guimarães

Mobilizando 39 de seus membros, reuniu-se em São Paulo nos dias 6 e 7 de setembro o Diretório Nacional do PT. Na pauta, como tema central, a avaliação do desempenho do partido e os retoques para a arrancada nesta reta final de campanha. Além disso, a resolução de uma série de encaminhamentos problemáticos em alguns estados, verdadeiras marcas e exemplos das distorções que o eleitoralismo pode provocar. (ver box)

A ênfase do debate sobre a intervenção eleitoral do partido no que diz respeito ao seu aspecto programático foi, sem dúvida, a diluição do sentido classista da mensagem do PT e o não aproveitamento da plataforma nacional, transformada em muitos casos em um lema de agitação, vazio de conteúdo. Uma comissão, formada pelos companheiros Bruno Maranhão (PE), Weffort e Cid (Rio), redigiu um pequeno texto, aprovado por unanimidade, que expressa de maneira direta e agressiva as propostas programáticas do PT encerradas no "Terra,

Trabalho e Liberdade". De fácil agitação, o texto que reproduzimos na página 3, é um instrumento importante nesta fase final da campanha e se presta à distribuição em grande escala.

Outro aspecto ressaltado na avaliação foi o aumento das pressões sobre o PT nesta fase final de campanha por parte da grande imprensa e dos partidos de oposição burguesa. Aí a preocupação foi em acentuar a necessidade do tom ofensivo das colocações dos petistas: "a agressividade frente a um ambiente hostil marcou o nosso nascimento como partido, a nossa construção e agora mais do que nunca deve estar presente", resumiu Lula no transcorrer dos debates.

No que diz respeito ainda ao conteúdo programático, o diretório nacional decidiu tornar público, após modificações em seu preâmbulo que foi alvo de muitas críticas, um anteprojeto de plano econômico do PT para o país. A deliberação por tornar público este documento, mesmo em sua forma provisória e sem passar pela discussão no Diretório Nacional, foi motivada pela preocupação em ocupar um espaço de debate que já está sendo travado sobre a crise e a política econômica do governo.

As marcas do eleitoralismo

A parte mais complexa da avaliação dos rumos da campanha petista se referiu aos métodos colocados em prática confrontados com as resoluções contidas na carta eleitoral do partido. A primeira constatação, ressaltada inclusive nos informes do Comitê Eleitoral Unificado Nacional, é a enorme distância entre as



Curando as feridas

O Diretório Nacional avaliou e tomou resoluções sobre acontecimentos que fizeram estremecer a campanha do partido em três estados.

O caso mais grave foi, sem dúvida, o do Pará onde o Diretório Nacional, confirmando por unanimidade a apreciação de uma comissão de ética formada (Hélio Bicudo, Luis Soares, Apolônio, Ibrahim e Helena Greco), concluiu pela avaliação de que houve uma flagrante ruptura com o princípio da democracia interna do PT. Lá, o diretório estadual e a convenção legal alteraram as resoluções da pré-convenção do partido, indicando para candidato a governador Hélio Dourado ao invés do professor Nazareno. O diretório votou por unanimidade a destituição do diretório regional e a desautorização política da

candidatura de Hélio Dourado.

Para o estado de Alagoas, único estado do país onde o PT não lançou candidatos, foi formado uma comissão de sindicância para avaliar de forma mais profunda os motivos deste fracasso. Finalmente, foi discutido o caso do senador Evandro Carrera, do Amazonas, que se incompatibilizou com a direção regional do partido e foi à grande imprensa fazer provocações e dizer disparates sobre o partido. O encaminhamento do diretório, profundamente crítico em relação à postura do meteórico senador, foi de nomear uma comissão (Freitas Diniz, Hélio Doyle e Antônio Carlos) para ouvi-lo e formar um relatório para fundamentar uma decisão mais definitiva do partido sobre Evandro Carrera.

propostas de unificação da campanha contidas na carta eleitoral e a realidade na maioria dos estados. Em várias regiões, as eleições levaram à dissolução completa das direções regionais do partido (executivas e diretórios), os comitês eleitorais unificados têm uma existência apenas formal e as campanhas dos candidatos proporcionais correndo em raia própria e com alto grau de individualização minam o potencial de crescimento da campanha dos majoritários.

Um documento para divulgação e discussão interna proposto por Jorge Nahas (MG) reafirmando a necessidade do cumprimento dos princípios da carta eleitoral e propondo a rearticulação e

fortalecimento das instâncias de direção regional, aprovado ao final da reunião foi o desaguadouro destas preocupações. O documento necessário e positivo terá, no entanto, uma eficiência limitada na modificação da campanha do partido dado à fase em que esta já se encontra.

Por outro lado, não há dúvida de que se estas medidas não forem tomadas o caráter massivo da campanha do PT nesta fase final será bastante prejudicado. Pois a capacidade do partido em viabilizar a sua política de massas é diretamente proporcional ao sentido classista de sua campanha que têm na unificação e mobilização uma das suas marcas principais.

Assine EM TEMPO:

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 1.500,00

Censura ataca novamente

O filme "O Rei da Vela", baseado no anti-clássico da cultura brasileira, e Oswald de Andrade, produzido por Noilton Nunes e dirigido por Zé Celso Martinez, em um trabalho do pessoal do Oficina, foi totalmente emasculado pelos cortes da censura federal, essa empoeirada senhora que tenta substituir a criatividade do artista e o julgamento do espectador por seus ditames, sempre a serviço dos poderosos.

Em resposta a isso, e defendendo a integridade de um trabalho de vários anos, os produtores entraram com recurso na Polícia

Federal. Reproduzimos alguns trechos da carta enviada ao sr. Moacyr Coelho, diretor da repartição: "Não podemos, como artistas, consentir em cortes em nossa obra, a não ser para embelezá-la, e isso nós mesmo podemos falar...". "...O Rei da Vela pronto depois de 11 anos é uma vitória da persistência e da fé na memória e no futuro desta nação". Concluindo, os realizadores anexam à carta um pedido de liberação do filme para qualquer idade dizendo: "acreditamos, como Oswald de Andrade, na verdade na boca das crianças e, depois, é às crianças que este filme é dedicado. (Rosana e Rosely Regowsky)



Saiu a PERSPECTIVA INTERNACIONAL n.º 3

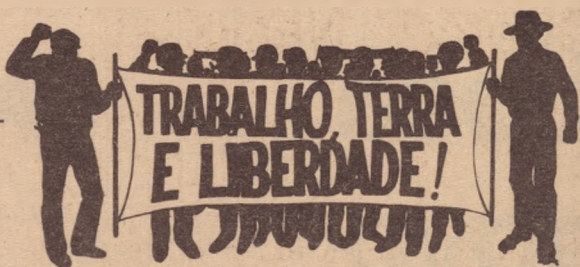
- O imperialismo e a Revolução na América Central
- Guerra de extermínio contra o povo palestino no Líbano
- A crise da ditadura Argentina após as Malvinas
- Ernest Mandel analisa a Crise Econômica
- Tempos de Autocríticas no PC Vietnamita
- Socialismo: Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado
- Manifestações pacifistas na Europa e nos EUA
- Apelo contra a Reagan à Europa
- Solidariedade aos presos políticos uruguaios.

Assinatura anual Cr\$ 1.200,00

Cheque à Editora Aparte - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05414

Rio de Janeiro
Festa para a campanha de
Lysaneas e Wladimir
Dia 18 de setembro, 22 horas
Local: Clube Orfeão Português,
r. São Francisco Xavier, 363

Cr\$ 500,00



Só o PT tem o compromisso e a coragem de atacar os lucros e o poder dos patrões.

“Esta resolução tem por objetivo dinamizar a campanha eleitoral do PT em todos os Estados. Busca transformar o lema “Trabalho, Terra e Liberdade” em uma orientação política que impulse a nossa campanha de luta. Nesse sentido, este texto deverá ser reproduzido pelos Diretórios Regionais e pelas bases do Partido de modo a alcançar milhões de trabalhadores em todo o País.

Trabalho, Terra e Liberdade

“Os maiores problemas do povo brasileiro são a falta de trabalho, de terra e de liberdade. Esses problemas podem ser resolvidos. E o Partido dos Trabalhadores tem propostas para isso.

“Na campanha eleitoral deste ano, o Governo, o PDS, o PMDB, o PTB e o PDT dizem que querem resolver estes problemas. Mas eles não vão fazer isso. Não vão, porque para conseguir trabalho, terra e liberdade é necessário meter a mão nos lucros e no poder dos patrões, com os quais eles estão comprometidos. Só os trabalhadores organizados e o PT podem resolver estes problemas. Só nós temos o compromisso e a coragem de atacar os lucros e o poder dos patrões.

Trabalho

“A luta que os trabalhadores e o PT vêm levando por trabalho para todos já mostra como podemos dar fim ao desemprego. Para os que estão trabalhando na cidade, estabilidade no emprego. Para os que trabalham no campo, a estabilidade e o direito à terra. Para os que estão sem trabalho, é necessário a criação de novos empregos. A redução da jornada semanal de 48 para 40 horas, sem

diminuição de salário, criará milhões de novos empregos. Existem, portanto, soluções para o desemprego. Por que não são adotadas? Porque mexem nos lucros e no poder dos patrões.

Terra

“Os trabalhadores querem terra para plantar e para morar. No campo existem 11 milhões de famílias sem terra para plantar e para viver. Hoje, os trabalhadores lutam pela terra quando resistem às invasões dos grandes proprietários, quando ocupam as terras do Governo nas margens das grandes estradas para plantar, quando reivindicam terra dentro dos grandes latifúndios, fazendas e usinas.

“O PT apóia todas essas lutas porque elas são justas. Elas desenvolvem a organização e a mobilização das classes trabalhadoras. Chegará o dia em que os próprios trabalhadores dividirão com justiça toda a terra deste País entre os homens e mulheres que vivem do seu trabalho no campo. E garantirão condições de cultivo e comercialização de seus produtos, sem os atravessadores. Existem, portanto, soluções para o problema da terra. Por que não são adotadas? Porque vão contra os interesses dos grandes proprietários rurais e mexem no poder dos patrões.

Liberdade

“Os trabalhadores e o PT lutam pela liberdade sindical e pela liberdade de organização dos partidos. Lutam para destruir o esquema repressivo montado pelo Governo e os patrões contra o povo trabalhador nas fábricas, nas fazendas e nas ruas. Agora, nas eleições, tem

umentado a formação de grupos particulares de repressão, multiplicando a violência contra os trabalhadores e o PT em muitas áreas do País.

“Liberdade para nós significa acabar com todas as formas de exploração, discriminação, opressão e violência contra o povo. De novo, afirmamos que existem soluções. Por que não são adotadas? Porque a falta de liberdade para o povo trabalhador é uma necessidade dos patrões para garantirem os seus privilégios e o seu poder.

“O PT sabe que as eleições de 15 de novembro não são livres e nem limpas. Mas está entrando nelas com toda a força para ganhar. Elegeremos muitos candidatos. Mas, para o Partido dos Trabalhadores, ganhar as eleições é muito mais do que isso. É, acima de tudo, chegar a 16 de novembro com a classe trabalhadora mais organizada e mobilizada para lutar contra a opressão e a exploração. É por isso que a campanha eleitoral do PT é uma campanha eleitoral de luta. Assim, junto com os trabalhadores, o PT assume as suas lutas por melhores salários, contra o desemprego, pela terra para plantar e para morar, por liberdades e melhores condições de vida, pelo fim da exploração e opressão dos patrões.

“O Partido dos Trabalhadores está nas praças, nas ruas, nas portas das fábricas, nos roçados, nas favelas, mobilizando o povo para lutar. Você, trabalhador, você trabalhadora, participe desse grande mutirão político que é a Campanha Eleitoral de Luta do PT, por Trabalho, Terra e Liberdade para todo o povo brasileiro. **Diretório Nacional do PT; 7 de Setembro de 1982.**

Editorial

A luta pela CUT de base

A construção da Central Única dos Trabalhadores, pela base, está correndo um sério perigo. No momento, o risco de divisão é grande.

Não é segredo para ninguém que vêm concorrendo no movimento sindical dois projetos antagônicos: o dos setores reformistas e pelegos, e o dos setores combativos. Os primeiros se apoiam diretamente na atual estrutura sindical, atrelada ao Estado como todos sabem, corporativa, pouco democrática em geral, e menos democrática ainda a partir das federações. Esta concepção de movimento sindical se liga à defesa de acordos com o regime, de um “pacto social” no qual os trabalhadores alienariam toda a sua independência e capacidade de luta.

Os sindicalistas combativos, tendo um projeto até agora menos definido, se regem por alguns princípios comuns: a luta pela organização pela base, independente do Estado e democrática, a negação de um “pacto” como o que descrevemos. Lutam, portanto, contra a estrutura sindical tão cara aos pelegos.

Mas a existência de concepções, de estratégias tão diferentes não pode nos levar a tomar a divisão como um dado incontornável, a deixar de lutar pela unidade. A divisão do movimento operário interessa aos patrões, não aos trabalhadores. O pluralismo, pelo qual lutamos, deve se dar dentro de uma mesma estrutura, respeitando uma central única a existência de diversas correntes no seu interior, com o direito de se estruturarem, de formar tendências, etc.

Com a reunião dos dias 11 e 12 em Brasília, os setores que capitaneiam o bloco pelego-reformista deram um passo importante para a divisão, aprofundando o golpe que já haviam dado com o adiamento da CONCLAT.

Mas o bloco combativo não conseguiu responder à altura das exigências da situação. Primeiro, a reunião convocada por 4 intersindicais para os dias 28 e 29, e realizada em São Paulo, foi frouxa, não foi capaz de definir propostas claras e principalmente de organizar os combativos para a luta.

Depois, a saída de grande parte dos combativos da reunião de 11 e 12 foi ligeira, sem critérios claros. Isto foi na verdade uma consequência da frouxidão das decisões dos dias 28 e 29.

Neste quadro, a posição dos setores que compreendem a importância da unidade do movimento sindical, e lutam pela independência, pela democracia, pela organização pela base dos trabalhadores, é clara: estão dentro da articulação combativa, combatem as manobras do bloco pelego e reformista. Ao mesmo tempo, estão contra as ambiguidades da liderança do bloco combativo, e prosseguem no interior deste bloco a sua luta pela unidade.

Minas

Um duro confronto com a repressão

Por Hamilton Bueno

18 horas, chegando ao Aeroporto da Pampulha, o Ministro Abi Ackel declara que o debate eleitoral estava sendo realizado de maneira ampla e livre, que nenhuma passeata ou comício convocado pelos partidos de oposição havia sido proibido.

Mesmo horário, na Praça Sete, centro de Belo Horizonte: Júlio Gomes, candidato a vereador pelo PT, estava sendo preso pela polícia, e a Caminhada pela Liberdade, dispersada à força de cassetetes.

— PT! PT! PT! PT!

O grito de guerra do Partido dos Trabalhadores não podia continuar sufocado na garganta dos presentes na Praça Sete, quinta-feira, 2 de setembro.

A polícia interveio novamente. Depois de jogar no chão as mesas com os panfletos do partido, a ditadura havia permitido a distribuição do material do PT. Mas não em grupos, era proibido desfilar com bandeiras ou gritar os slogans do partido. A polícia pede silêncio, os militantes do PT não devem falar.

Candidatos e militantes do PT, usando uma mordaca preta como protesto à proibição do uso da palavra, caminhavam pela Praça Sete, enquanto os soldados, armados de cassetetes, impediam a formação de aglomerações. **Tudo mundo circulando!**

A manifestação do PT ganha público, as pessoas se espantam ao ver candidatos do



Mordanças nas bocas, em sinal de protesto

partido — em especial para o governo e o senado — participarem de uma manifestação proibida pela polícia — O PT é o trabalhador se organizando, queria poder ficar pra ver a Sandra na passeata, diz o chofer de taxi. Os operários que trabalhavam numa construção na praça aplaudem e ajudam Américo Antunes, candidato a deputado estadual, e outro militante petista a exibirem a bandeira do partido do alto da construção. O prédio é

cercado, mas os militantes petistas se escondem, não foram presos.

Boicote da imprensa

O público cresce, a repercussão é grande, é o PT nas ruas! De repente, a confusão. O candidato Júlio Gomes é agredido e preso por cinco policiais; o jornalista Fernando Miranda, diretor do Sindicato dos Jornalistas, é cercado pelos soldados, mas imediatamente liberado. Os petistas começam a xingar os policiais, um major da PM pede silêncio.

A direção do partido resolve transferir a manifestação para a faculdade de Direito, onde seria feita uma avaliação. Decisão precipitada, cada vez mais chegam simpatizantes e militantes petistas à Praça Sete. Fomos intimados pelo aparato repressivo, não conseguimos manter a Praça e a calma.

Em passeata, sempre reprimida pela polícia e recebendo papéis picados do alto de edifícios do centro de Belo Horizonte, a manifestação se desloca para a Praça Afonso Arinos, perto da Faculdade de Direito.

No dia seguinte, sexta-feira a Caminhada foi o assunto da cidade, mesmo com o boicote das empresas jornalísticas locais. Alguns soldados, sempre de cassetetes em punho, vigiam o local onde havia sido realizada a manifestação do PT, enquanto, no outro lado da Praça, o PDS realizava mais uma de suas manifestações “circenses” para uma platéia ausente.



Na boca do povo

Uma seção de dicas eleitorais



O voto do empresário

A revista **Exame** de 25 de agosto traz uma pesquisa interessante sobre o voto dos empresários. Dos 520 empresários e executivos consultados, 41,6% optaram pelo PDS, 15,6% pelo PMDB, 38,2% indecisos ou em branco e 4,6% dispersaram a preferência pelos demais partidos. Confirma-se assim a preferência maciça do empresariado pelo partido do governo.

A tendência mais expressiva e relevante revelada pela pesquisa, no entanto, diz respeito à atitude dos empresários diante da incorporação do PP ao PMDB. Dos participantes em pesquisas anteriores da revista que haviam optado pelo PP, 29,1% passaram para o PDS, 40,2% consideraram-se indecisos e apenas 18% engrossaram as fileiras do PMDB. Isto é, a transferência do apoio empresarial do PP para o PMDB não se deu de forma mais expressiva.

Em outra parte da pesquisa, na qual se auferia os nomes preferidos dos empresários para os governos de seus estados há resultados reveladores. Tancredo Neves é o preferido dos empresários em Minas com 44% dos votos vindo a seguir Eliseu Resende com 40%. Roberto Santos,



candidato peemedebista ao governo baiano conseguiu 80% dos votos enquanto que Clériston Andrade, do PDS, conseguiu apenas 20%. Nos quatro principais estados do país (São Paulo, Minas, Rio e Rio Grande do Sul) apenas em um deles, o Rio Grande do Sul, o empresariado demonstrou a preferência

maciça por um nome do PDS. Uma demonstração evidente de que as classes dominantes nem sempre identificam o candidato oficial como o que melhor articula seus interesses e muitas vezes terminam por achar o representante que mais lhes convém nos partidos burgueses da oposição confiável.

Fazendo água antes da tempestade

A Declaração de Brasília, documento que resultou de um encontro dos candidatos peemedebistas aos governos estaduais tem cheiro e sabor de PMDB, inócuo e genérico. Tancredo Neves (Minas), Gilberto Mestrinho (Amazonas) e Alberto Silva (Piauí) negaram-se a assinar um documento específico sobre o compromisso de permanecerem no PMDB após as eleições. Este compromisso saiu, assim, diluído no documento geral aprovado em uma frase que foi ainda fruto de delicadas negociações.



O documento programático aprovado, discursivo, chega a contradizer o óbvio afirmando a certa altura que "abrem-se extraordinárias possibilidades — talvez pela primeira vez em nossa história — para a transformação democrática nacional", decidindo-se em novembro "os rumos do futuro".

Mais comprometedor ainda é o que diz respeito ao relacionamento de eventuais governadores eleitos com o governo central. Uma proposta de definir um relacionamento em bloco dos governos peemedebistas com o governo central foi descartada, prevalecendo argumentos em contrário dos candidatos Franco Montoro e Tancredo Neves.

Ficam, enfim, as portas escancaradas à provável divisão do PMDB e às práticas adesistas as mais descaradas com a ditadura. Como prenuncia Alberto Silva, candidato ao governo do Piauí: "sou amigo do general João Figueiredo antes dele ter sido eleito presidente. Eleito governador do Piauí, continuarei amigo do presidente sem que isso envolva compromissos político-partidários. Tenho certeza de que o governo central não deixará de ajudar o Piauí". Ou, ainda como promete o candidato do PMDB ao governo do Acre, Nabor Júnior: "governaremos sem hostilidades com o governo central. E não poderia ser diferente já que somos todos brasileiros".

Votos inúteis: lembrem-se do PMDB

No dia 16 de novembro de 1982, quando começar a apuração dos votos inutilizados lembrem-se do PMDB. Apesar de toda a retórica, a Executiva Nacional do PMDB decidiu no dia 30 de agosto liberar os seus deputados e senadores para comparecer à votação da cédula proposta pelo governo, facilitando a sua aprovação ao lhe dar quórum.

Bastou assim apenas cinco minutos para a aprovação da cédula que baralha a votação ao esconder as siglas dos partidos e dificulta ao extremo o ato de votar.

Como a atitude do PDT e PTB foi idêntica, restou ao PT a resistência solitária a mais esse casuismo da ditadura. Além da atuação na

Câmara, o partido realizou em São Paulo uma passeata de mais de seis mil pessoas para protestar contra a aprovação da cédula. E a reunião do diretório Nacional do partido resolveu entrar com um mandato de segurança, alegando a inconstitucionalidade da aprovação da cédula do governo.

Abusando da boa fé do cliente

A enxurrada de pesquisas promovidas por Institutos de pesquisa de opinião pública, agências de publicidade e periódicos fazem parte já do cenário eleitoral. Junto com toda a parafernália usada pelos partidos burgueses, elas vão progressivamente descolando de sua função de material de análise de tendências eleitorais para se tornarem formadoras de opinião.

Como em geral, a apresentação do método da pesquisa, da técnica e da amostragem utilizada, é sumária ou não ocorre, os resultados destas pesquisas são passíveis desde início de dúvida. E o único limite que elas se colocam é o do bom senso de não contradizerem o óbvio ou indicarem o absurdo.

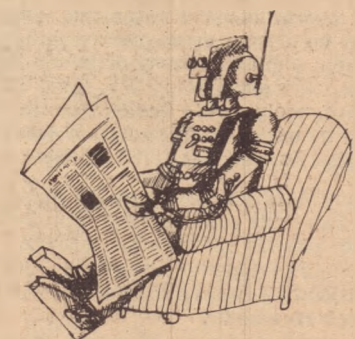
A pesquisa assinada pela Rede Globo, e Isto É e publicada nesta última revista de 15 de setembro comete este segundo deslize. Apresenta o absurdo.

Está lá na página 25. Em um quadro que relaciona a penetração das siglas partidárias nos diversos estratos de renda, está escrito que o PT tem a sua maior penetração justamente entre os que ganham entre 16 e 25 salários-mínimos, isto é,

entre os que recebem de 156 a 400 mil cruzeiros por mês. Nessa faixa de renda, o PT teria 6,2% da preferência enquanto nas de 5 a 8 salários-mínimos e de 2 a 5 salários-mínimos teria, respectivamente, 4,8% e 3,8% da preferência.

Mais aberrante ainda é o fato do partido ter uma maior penetração entre os que ganham mais de 25 salários-mínimos do que entre os que recebem menos de dois salários.

Revisamos a realidade ou jogamos no lixo a pesquisa leviana da **Globo e Isto É?**



Trabalhador vota em trabalhador

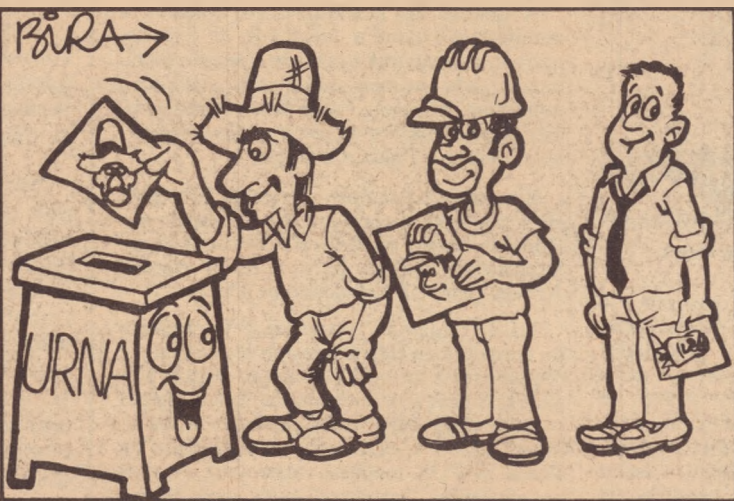
Trabalhador vota em trabalhador: incorporar o lema à campanha. Este é um desafio para os petistas. Como organizar a campanha do partido de categoria a categoria, ressaltando a identidade específica de cada setor dos trabalhadores com o programa do PT?

Não há dúvida de que o partido se encontra no terreno organizativo despreparado para enfrentar este desafio já que o seu ritmo de construção no período anterior às eleições não favoreceu a expansão e generalização dos núcleos por categoria. A organização do PT por diretórios, por zonas ou áreas geográficas estimulou um tipo de organização mais horizontal ao mesmo tempo em que a ausência de uma intervenção sindical do partido relegou o núcleo por categoria a um plano secundário.

Aprovada no encontro nacional do partido, a criação de comitês eleitorais unificados por categoria

podem cumprir um importante papel neste contexto. Além de planejar e organizar a campanha dos majoritários, podem racionalizar as campanhas dos candidatos propor-

cionais que pertencem a uma mesma profissão, criando ainda germes, embriões de futuros núcleos por categoria que serão fundamentais para o futuro do partido.



Virgílio Guimarães

Uma candidatura a serviço do movimento sindical

Virgílio Guimarães, membro do diretório nacional do PT e candidato a deputado federal em Minas, recebeu o apoio de expressiva parcela do movimento sindical combativo no Estado. Ex-membro do DIEESE-MG, com a sua candidatura colada nas lutas dos trabalhadores, Virgílio nos fala aqui das razões da sua candidatura.

Muitos sindicalistas alegam que uma participação dos ativistas sindicais nas eleições poderia confundir a relação entre partidos e sindicatos. Como você encara esta questão?

Virgílio — Eu acho que ela parte de uma preocupação correta, que é procurar evitar o aparelhamento das entidades sindicais e a manutenção da democracia interna nestes órgãos. Mas, esta preocupação pode levar a caminhos enganosos. Acredito que o movimento sindical já possui um programa nacional unitário, aprovado na I Conclat, e creio que os sindicatos poderiam procurar mostrar às suas respectivas categorias quais partidos têm algum ponto de convergência com aquele programa e quais não têm. Isso, da forma mais democrática possível, publicando o programa dos partidos para as bases, promovendo debates sobre eles, enfim, fazendo que haja uma real participação da categoria na discussão sobre as eleições.

— **Aí entra outra questão. Como você vê a combinação entre o movimento sindical e a prática parlamentar?**

Virgílio — Antes de mais nada, é bom dizer que este sempre foi um problema. Os riscos são muitos, entre eles o da corrupção pura e simples. Outro problema sério, são os parlamentares que não possuem nenhuma ligação com uma base social, com o movimento de massas, estes vão para o parlamento, ficam lá soltos com dinheiro, assessoria, tempo livre, prestígio e passam a valorizar enormemente a instituição da qual fazem parte. Isso fora o personalismo puro e simples, a valorização excessiva que passa a ser dada à prática parlamentar.

Eu não tenho ilusões a este respeito. Coloco-me como um militante a serviço do partido, que vai cumprir uma tarefa delicada. Minha pretensão é contribuir para a consolidação de um movimento sindical forte e independente.

— **Mas, como a prática parlamentar pode contribuir para isso?**

Virgílio — Bem, eu não vejo sentido na atividade parlamentar se ela não está ligada a um movimento social muito real. A atividade parlamentar em si, o cotidiano parlamentar é

vazio de conteúdo. Chega até a ser deprimente, por exemplo, ver alguns militantes — mesmo do PT — falarem em “moralizar” o parlamento, em trabalhar com “parlamentares honestos” de outros partidos etc. Entendo minha candidatura como uma forma de continuar a ação política do movimento sindical. O que pretendo fazer é usar o parlamento como uma tribuna de denúncias de todas as

formas de corrupção e de exploração burguesas. Além disso, pretendo contribuir para a articulação de apoios os mais amplos e variados possíveis às atividades e lutas do movimento sindical.

— **Como sua candidatura está sendo articulada?**

Virgílio — O apoio principal que venho recebendo é dos diretórios do PT no Vale do

Aço. Nesta região, que inclui os municípios de Barão de Cocais, J. Monlevade, entre outros, foram travadas as lutas sindicais mais importantes do Estado. É lá também que o PT é forte e possui chances reais de ganhar algumas prefeituras. Nosso objetivo, durante a campanha, é aprofundar alguns temas levantados nas lutas operárias, ir para a porta das grandes fábricas da região para aproximar ainda mais o PT da base operária.

— **Nas suas áreas de trabalho, a questão do voto útil surge com a mesma força que nos grandes centros urbanos?**

Virgílio — Bem, a articulação do PT no interior do estado foi muito variada. Em algumas cidades, ela foi um pouco apressada, feita para cumprir os requisitos da legislação. Nos locais onde o PT conseguiu alguma força, aí ele surge rapidamente como um alternativa. Isso porque em cidades menores o caráter burguês do PMDB surge à tona com muito mais rapidez. Em cidades operárias, onde foram travadas lutas sucessivas e de grande importância, fica ainda mais clara a distância entre um PMDB e as lutas operárias. Além disso, há um fato que não pode ser subestimado. Os setores de classe média de renda alta e que foram sacrificados com as medidas restritivas do governo para combater a crise econômica vêm efetivamente no PMDB uma esperança rápida de mudança e que lhes custe pouco em termos de luta. Já a classe operária que sofreu e lutou, tem razões para acreditar que a mudança da sua situação será mais lenta e mais profunda.

— **Qual o tema que você pretende acentuar durante a campanha?**

Virgílio — O desemprego. Existem 200 mil desempregados só na região metropolitana de B. Horizonte. Os níveis de desemprego devem aumentar ainda mais. Não existe nenhum movimento de solidariedade aos desempregados articulado, nem nenhuma ação unitária contra as demissões em andamento. Acho, inclusive, de maior importância o PT ter assumido decisivamente esta luta, marcando para o dia 19, em Barão de Cocais, a manifestação contra o desemprego. Pretendemos, inclusive, após 15 de novembro, de todas as maneiras procurar continuá-la.



Manifesto de apoio

Aqui a íntegra do manifesto assinado por dirigentes e ativistas do movimento operário-popular em Minas.

As próximas eleições são importantes na medida em que as classes excluídas das decisões — os trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos, as donas de casa, os estudantes, os intelectuais — têm possibilidade de manifestar sua oposição ao sistema implantado pelo golpe militar de 1964.

Durante estes longos anos um sistema repressivo silenciou o povo brasileiro. As prisões, as torturas, as cassações, os banimentos, o arrocho salarial, a desnacionalização da economia brasileira, foram armas que os donos do poder usaram para desmobilizar os trabalhadores.

Nós, dirigentes sindicais e integrantes de várias categorias profissionais, temos consciência de que foi uma luta desigual para manter acesa a chama dos direitos dos trabalhadores. Muitos dos nossos foram cassados, muitos morreram nas prisões, muitos foram banidos, muitos perderam seus empregos.

Eis porque, agora que se aproximam as eleições, julgamos importante dar testemunho pessoal, àqueles que lutaram contra a opressão. E este documento tem justamente o objetivo de destacar uma pessoa que durante todos estes anos esteve a serviço das classes trabalhadoras.

Estamos nos referindo ao companheiro **VIRGÍLIO GUIMARÃES DE PAULA**, que, por sua participação nas lutas populares contra os desmandos do regime militar, na luta pela anistia e, sobretudo, como economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), é um abalizado conhecedor da situação de dependência em que vivem os assalariados em nosso Estado. Nesta condição participou das principais lutas sindicais dos últimos anos, das greves e das campanhas profissionais de salário, assessorando diretamente as diversas categorias profissionais nas negociações com os empresários, esclarecendo, prestando informações seguras, sempre em defesa dos trabalhadores. A

sua atuação foi um elemento importante para o avanço da vida sindical em nosso Estado.

Por sua reconhecida idoneidade pessoal, por sua competência profissional, por sua formação democrática, por sua dedicação em regime de tempo integral às campanhas salariais e reivindicatórias dos trabalhadores mineiros, o companheiro **VIRGÍLIO GUIMARÃES DE PAULA**, candidato a deputado federal, está capacitado a ser legítimo porta-voz das reivindicações populares na Câmara Federal. Virgílio, por seu passado de lutas, merece a nossa confiança.

João Paulo Pires de Vasconcelos (metalúrgico), Dídimo Paiva (jornalista), Arlindo José Ramos (bancário), Antonio Moreira de Carvalho Neto (técnico em telecomunicações), Luiz Fernando Maia (petroleiro), Jaime Maia (gráfico), Roberto Vieira de Carvalho (funcionário público-DER), Dirceu Mesquita Horta (jornalista), Leonardo Diniz (metalúrgico), Osmar Martins de Castro (metalúrgico), Aloysio Ribeiro

(aeronauta), José Luciano Alves (trabalhador rural), Gilberto Gomes dos Santos (operário da construção sindical), Maria Eulália Moreira (assistente social), Roseni Rosângela Chompré (enfermeira), Elias José Jorge (professor), José Fernandes Correia (petroleiro), João Mendes da Silva (petroleiro), Amílcar Mizzer (petroleiro), Maria Piedade Bruzzi (médica), Raimundo Gertrudes dos Santos (metalúrgico), Beraldo das Graças Almeida (metalúrgico), Dirceu Greco (médico), Isis Oliveira (professora), Paulo Emilio Coelho Lott (jornalista), Irandy Campos (funcionário público-UFMG), Willian Augusto Menezes (funcionário público-UFMG), Antônio Pena (trabalhador em atividades recreativas), Solange Simões (socióloga), José Dias Pereira (técnico em telecomunicações), Gonçalo de Abreu Barbosa (técnico em telecomunicações), Carlos Alberto Calazans (marceneiro), Manoel Fernandes Filho (tecelão), Jalva Ribeiro (professora), José Teófilo da Silva (tecelão), Lara Lessa (arquiteta).

Especial eleições

México

A experiência de uma campanha revolucionária

A campanha eleitoral do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, seção mexicana da IV Internacional, traz experiências importantes para a luta eleitoral do PT. As eleições de 4 de julho no México referendaram por larga margem de votos o candidato das classes dominantes, Miguel de la Madrid Hurtado, do Partido Revolucionário Institucional. Mas permitiram também que as contradições que dilaceram a sociedade mexicana emergissem e ganhassem uma expressão política na campanha do PRT que tem, como o PT, a marca da independência de classe como eixo de seu programa e de sua ação.

Por José Leite

O desenvolvimento do capitalismo gerou nos anos 50 e 60, no México, um grande surto industrial, que junto com a urbanização e a proletarianização das massas camponesas produziu uma sociedade moderna, onde a classe operária sobressai como a principal força social.

Este processo foi acompanhado de um aprofundamento das desigualdades de classe: para uma população de 67 milhões de habitantes, apenas 12 milhões têm emprego fixo; os latifúndios cresceram em detrimento das propriedades coletivas dos camponeses, os ejidos, a grande conquista das massas rurais na revolução; milhões de trabalhadores têm, clandestinamente, que procurar emprego nos EUA, super-explorados e perseguidos pelo governo ianque.

O México vive sob um regime político semelhante ao que conheceu o Brasil pró-64 e que, como este, somente é "democrático" para as classes dominantes. As massas trabalhadoras são tuteladas e enquadradas pela burguesia através de uma série de instituições: o PRI, até a pouco tempo único partido legal do país, manobra, em perfeita simbiose com o aparelho de estado, as massas exploradas, impedindo sua organização política independente; nos sindicatos atrelados ao estado, a burocracia a serviço do patronato, os "charros", é um obstáculo ao desenvolvimento de qualquer luta operária; nas organizações camponesas os "caciques" cumprem papel semelhante.

Os trabalhadores têm, contra toda esta máquina, pouco a pouco, no bolo das suas lutas, criado organizações independentes. Elas são criadas pelas lutas camponesas e do movimento urbano popular, onde se impõe a hegemonia proletária. Surgem também nas lutas sindicais, tendências classistas e diretorias combativas, que lutam contra os "charros". Este movimento de classe tem ainda uma expressão política muito frágil e fragmentada, através de múltiplas organizações de esquerda.

A luta por uma campanha unitária de massas

No quadro de um regime em crise que procura revigorar-se através das eleições, num momento em que a pressão do movimento de massas conquistou o espaço que permite aos revolucionários uma relativa liberdade de expressão, a tática dos marxistas revolucionários organizados no PRT foi muito objetiva: as eleições deveriam ser utilizadas para aprofundar a independência política dos trabalhadores da cidade e do campo em torno de candidaturas que expressassem a unidade do movimento de massas.

No decorrer de uma árdua luta para conquistar o direito de participar das eleições, que mobilizou todas as organizações operárias e populares independen-

tes do país, o PRT propôs Rosário Ibarra de Piedra como candidata unitária e de luta do movimento popular. Presidente da Frente Nacional Contra a Repressão, mãe de um militante revolucionário "desaparecido", Rosário goza de extraordinário prestígio como uma das principais dirigentes da luta democrática e contra a repressão no país (que já produziu mais de 500 desaparecidos). Ela expressa a unidade do movimento de massas contra o governo do PRI e sobretudo a independência política e a coragem dos que lutam, no México, por uma mudança revolucionária.

O PRT partiu, portanto, do anseio das massas em luta de serem-se representadas politicamente. Anseio legítimo que o Partido Comunista — que depois da fusão com outros pequenos grupos estalinistas e nacionalistas passou a denominar-se Partido Socialista Unificado do México, PSUM — procurou também canalizar. Mas ao rechaçar o apoio a Rosário Ibarra e lançar seu secretário geral, Arnoldo Martínez Verdugo, como candidato à presidência, o PSUM quebrou a unidade do movimento e afastou-se dos setores mais combativos. Em contrapartida, várias organizações revolucionárias, sindicais, camponesas, populares e estudantis assumiram a candidatura de Rosário.

A plataforma do PRT

Um dos eixos da campanha política do PRT, que orientou a sua intervenção no processo eleitoral, é a constatação da necessidade da construção de um partido de massa dos trabalhadores no México. Ele não é construído por decreto mas pela experiência comum nas lutas. É por isso que a plataforma política sustentada durante a campanha de Rosário Ibarra foi e é uma plataforma de ação classista, elaborada pelas organizações que a apoiaram. Ela sintetiza o essencial das reivindicações e das experiências de luta desenvolvidas no último período no país e aborda inclusive problemas organizacionais como o do fortalecimento da centralização das diversas lutas.

A plataforma de luta do PRT é em tudo, muito semelhante à plataforma nacional do PT. Ela inclui as reivindicações imediatas por melhores condições de vida e trabalho, as reivindicações democráticas, das minorias oprimidas, o chamamento ao internacionalismo proletário e a necessidade de nacionalização dos principais setores da economia sob controle operário. O eixo central da campanha, o estímulo à organização independente dos trabalhadores, culmina na consigna por um governo operário e camponês.

A existência desta plataforma de luta não impedia que cada organização política, sindical e social difundisse e desenvolvesse amplamente seu próprio



50 mil na marcha de encerramento da campanha do PRT

programa. E foi justamente esta efervescência política, esta abertura para a discussão que permitiu ao PRT e à candidatura de Rosário Ibarra constituírem-se num polo operário e socialista, numa frente de massas que aglutinou não apenas organizações políticas de esquerda mas fundamentalmente organizou e reuniu em torno de si amplos setores da população em luta.

A fraude escandalosa

O saldo desta intervenção dos revolucionários mexicanos no processo eleitoral, visível para toda a população do país, se manifestou na votação que receberam, o que obrigou o governo a promover uma gigantesca fraude atingindo não apenas o PRT mas também o PSUM. Os cálculos destes partidos deram cerca de 8% dos votos para o PRT e 10% para o PSUM. Mas os constantes seqüestros de urnas pela polícia, documentados fotograficamente pela imprensa, a expulsão de fiscais dos partidos de oposição dos locais de votação, o impedimento ao acompanhamento das apurações, demonstraram

que o resultado final anunciado pelo governo nada mais é do que o índice que ele desejou divulgar.

Um exemplo claro ocorreu no Vale do México, estado onde a junta apuradora local divulgou o resultado da apuração e pelo menos 13 mil votos foram desconhecidos pelo organismo federal encarregado da sua divulgação oficial. Fenômenos deste tipo repetiram-se por todo o país. No final, foram considerados válidos pouco menos de 400 mil votos (1,5% dos votos) para o PRT e cerca de 4% para PSUM.

O governo mexicano não conseguiu impedir a legalização do PRT, mas procura, de todas as formas impedir a entrada de seus representantes — e principalmente de Rosário Ibarra — no parlamento. Qualquer que seja o resultado da batalha judiciária que se trava agora, os marxistas revolucionários mexicanos conquistaram, através de sua atuação no processo eleitoral, uma presença definitiva na vida política nacional.

Aprendendo e crescendo com as lutas

O grande mérito do PRT foi ter sabido combinar a campanha eleitoral com as lutas do movimento popular. Vejamos alguns exemplos:

A campanha iniciou-se em 5 de dezembro de 1981 na cidade de Atoyac, nas montanhas do estado de Guerrero, onde no início dos anos 70 se desenvolveu a guerrilha dirigida por Lucio Cabanas. Esta é a localidade que registra maior número de desaparecidos políticos. Lá, o PRT realizou um comício com a presença de 800 pessoas, entre as quais dirigentes sindicais rurais e familiares de presos e desaparecidos políticos.

No dia seguinte, no grande balneário turístico de Acapulco, foco de enormes desigualdades sociais, Rosário e uma delegação de militantes do PRT visitou os presos políticos nos cárceres locais.

Em 7 de dezembro, na pequena cidade camponesa de Copalillo (sete mil habitantes), onde a maioria da população havia se mobilizado em conselhos populares, foi realizado um comício de 1600 pessoas. Eusebio Sanchez, presidente da junta municipal democrática, confirmou em seu discurso o apoio de sua vila ao PRT "porque é o único partido que com constância e por um trabalho cotidiano, soube ganhar a confiança popular".

Este foi o ritmo imprimido durante toda a campanha. Assim, em abril a caravana de Rosário percorreu os estados da Costa Atlântica, realizando dezenas de comícios que agruparam milhares de pessoas, principalmente nas cidades petrolíferas.

Em Palmorillo, zona que já tem uma longa tradição de lutas camponesas dirigidas pelo PRT, foi constituída em pleno comício a Aliança operária e camponesa da região de Veracruz. Mais de 25 comunidades camponesas participaram da fundação deste organismo de luta que representa um grande passo no processo de centralização do movimento.

Em 21 de junho, formou-se a partir de um ato eleitoral de funcionários da PEMEX uma comissão de fábrica. A incorporação dos setores em luta foi, portanto, a preocupação central da campanha. Operários em greve, camponeses ocupando terras, presos políticos envolveram-se na campanha e foram apoiados pelo PRT que deu voz aos trabalhadores em luta em suas aparições nos meios de comunicação de massa, sendo inclusive censurado na TV por sua denúncia da situação dos presos políticos.

A radicalização da campanha, o combate às ilusões eleitorais, permitiu que a polarização de classe latente se expressasse politicamente nas eleições. Comitês de apoio à candidatura de Rosário Ibarra formaram-se por todo o país, organizando milhares de trabalhadores. Ao final, uma grande jornada na praça Tlatelolco, local do massacre de 200 manifestantes em 1968, da qual participaram mais de 50 mil pessoas. Neste grande ato de encerramento da campanha que contou com a presença de delegações de todo o país, foi selado o compromisso com a continuidade da luta do PRT após as eleições.

O caráter explosivo das lutas democráticas

Entrevista de Rosário Ibarra de Piedra a EM TEMPO



Rosário Ibarra de Piedra, falando no ato de protesto contra a fraude

Quais são, na sua opinião, as razões pelas quais o governo mexicano chegou ao ponto de fazer uma fraude tão escandalosa para impedir sua entrada no parlamento?

— Bem, além do fato de que no México a fraude eleitoral já é uma coisa tradicional, de que sempre se fizeram fraudes para que fiquem unicamente os priistas no aparato governamental, agora houve características especiais porque, pela primeira vez, ia haver deputados que não estavam dispostos a ficar calados na Câmara sobre um problema candente, um problema difícil para o governo do México, o problema dos desaparecidos e dos presos políticos. Nós íamos fazer, e dissemos isto durante toda a campanha, o primeiro ato de desacato ao governo, convocando, desde o dia de abertura das sessões da Câmara, os culpados pelos sequestros, pelos desaparecimentos e pela tortura no México para comparecerem. Temos nomes, dados precisos, testemunhos juramentados, de gente que conseguiu sair destes cárceres clandestinos, do campo militar nº 1, que é o maior cárcere clandestino do México, e pensávamos levar toda esta gente à Câmara de deputados. A lei autoriza apenas secretários de Estado a comparecer à Câmara. Nós íamos tratar de impulsionar emendas à lei para que pudessem ir todas as pessoas que nós chamássemos. Claro que tudo isto com um imenso apoio popular.

— Vocês tinham conseguido no fim da campanha, evidentemente, a prova deste apoio popular. Como pode o governo esperar que esta gente — 50 mil pessoas que participaram da última mobilização — aceite calada esta fraude?

— Bem, isto já é parte da forma de ser do povo do México, que é ficar quando há uma decisão assim governamental ruminando a impotência, enojados, embora hoje as coisas comecem a mudar. Eu acho que eles sabem disso. As pessoas que participaram no encerramento da campanha, os milhares que votaram em nós, estão hoje dando-se conta, vindo com toda clareza, que no México precisamos de uma forma organizativa muito mais forte e mais ampla para poder derrotar a este governo.

De fato, ele foi derrotado na votação: eu creio que por mais gente que tenha votado no PRI (e já sabemos como votaram: pressionados, sob a ameaça de ficar sem emprego. Todos sabemos que a maior central de trabalhadores que há no México é formada por trabalhadores que têm de se filiar ao PRI para pertencer a ela), somadas as votações do PAN, que é um partido de oposição de direita, do PSUM, do PRT, e os que se abstiveram, é mais gente do que a que votou pelo PRI. Isto representa uma verdadeira crise para o partido no poder, além de toda a crise econômica que estamos sofrendo. Então as pessoas, o povo trabalhador se dá conta de que pode ganhar do PRI. Se não é por meio das eleições, pode ganhar de alguma forma, mas vai ganhar. Eu disse algumas

vezes que no povo do México existe o que podemos chamar de socialismo latente: as pessoas sentem que têm de caminhar para este lado, porque se deram conta de que a verborragia revolucionária do PRI não é mais que verborragia, que não tem bases sólidas, que de revolucionário não tem nada.

Eu acho que esta gente vai continuar a se organizar, conforme o chamamento que fizemos. Da campanha ficaram grupos de incipiente organização em alguns lugares, outros já mais amplos, que lutam para construir aqui uma frente de massas, uma frente enorme, gigantesca, ou um verdadeiro partido revolucionário de trabalhadores, de operários, de camponeses, colonos, mulheres, eu quase diria crianças, porque os filhos dos trabalhadores já se dão conta de que seus pais sofrem tantas carências, e tanta repressão e exploração, que já vão se inclinando para a luta para mudar as condições de miséria em que vivem.

— A forma pela qual você colabora com estas organizações é a Frente...

— A Frente Nacional contra a Repressão, além do Comitê Nacional dos Familiares dos Presos, Desaparecidos e Exilados políticos, que agrupa unicamente os familiares das vítimas da repressão. Na Frente Nacional contra a Repressão estão representados partidos políticos de esquerda, organizações camponesas, de colonos, estudantes, escolas, sindicatos independentes, enfim somos mais de 50 organizações a nível nacional, e todas com objetivos muito claros: contra a repressão, pelas liberdades democráticas, entendidas como liberdade de expressão, de manifestação, de organização e direito de greve. E pela solidariedade com todas as causas que nós consideramos justas: a luta revolucionária da América Central, a luta contra a repressão nos países do Cone Sul, e todas as lutas dos trabalhadores no mundo.

— Como tantas mães na América Latina, você tinha um filho desaparecido, e lutava por ele, mas termina sendo candidata à Presidência do país. Porque este salto da defesa dos direitos humanos ao plano político?

— Bem, desde o princípio, no México, nós sabíamos que a dor das mães, dos familiares dos desaparecidos, dos presos não significa nada, nenhuma pressão para o governo. Nós sabemos que eles favorecem a interesses muito poderosos, que os sentimentos aí não contam, não têm nada que ver. E nossos filhos, que foram de uma forma um tanto curiosa — fisicamente nós os parimos, mas politicamente falando somos filhas políticas dos nossos filhos. Eles são na maioria desaparecidos de caráter político. Eles nos diziam que era necessário lutar pelos interesses de classe dos trabalhadores, dos camponeses, e que no dia em que os operários parassem a produção eles nos entregariam todos os presos políticos. Desde o início nós decidimos a vincular-nos à luta dos trabalhadores, dos camponeses.

O movimento operário, o poder e o Parlamento Criando condições para lutar pelo poder

Em uma situação não revolucionária, é fundamental apontar reivindicações que partam das necessidades e do nível de consciência das massas, mas cuja realização é incompatível com o funcionamento normal da economia capitalista e do Estado burguês.

Depois da experiência da revolução russa de 1917, a III Internacional definiu o objetivo geral do movimento operário como "fortificar os soviets e opô-los ao aparelho governamental da burguesia". Mas os soviets só aparecem em uma situação revolucionária. Em situações não revolucionárias, querer construir soviets por iniciativa de algum grupo de revolucionários não leva a nenhum lugar.

Desta forma, que devem fazer os revolucionários em situações não revolucionárias, quando a luta pelo poder dos trabalhadores não se coloca como um objetivo imediato? Não podemos, naturalmente, definir uma estratégia revolucionária que seja válida para todas estas situações, que variam enormemente de país para país. Mas podemos identificar alguns problemas estratégicos chave, que devem ser resolvidos de uma forma ou de outra em todos os países.

Uma primeira questão chave é a luta pela independência de classe do proletariado e pela unificação da classe operária e seus aliados. A classe operária não pode derrubar o capitalismo, exercer o poder e começar a construir uma sociedade sem classes, se não adquire claramente consciência dos seus interesses históricos, da oposição destes interesses aos da burguesia, se não confia fundamentalmente nas suas próprias forças. E se, além disso, não consegue unificar suas forças, e colocar-se à frente dos demais setores oprimidos e explorados pelo capitalismo.

Assim, os marxistas favorecem em todas as circunstâncias a unificação das reivindicações e das lutas de todos os assalariados nos planos econômico, político, cultural etc. Combatem todas as manobras que tendem a dividir a classe operária; são os promotores mais resolutos das mobilizações e das lutas mais unitárias possíveis. Ao mesmo tempo, os marxistas se opõem a qualquer atrelamento da classe operária à burguesia, a algum setor burguês (por mais "progressista", "nacional" ou "democrático" que possa ser), ou ao Estado capitalista.

Um programa para mobilizar os trabalhadores

Outra questão decisiva diz respeito ao tipo de programa, de reivindicações, que os marxistas devem defender no interior do movimento operário. Podemos dizer que, em geral, existem três tipos de reivindicações:

reivindicações imediatas: a luta cotidiana para defender e melhorar o nível de vida das massas. Este é, evidentemente, o nível mais elementar de reivindicações. Além disso, hoje, em todos os países capitalistas, o sistema passa por uma crise que o torna cada vez mais incapaz de manter o nível de vida atual das massas, o que dá às reivindicações imediatas uma atualidade.

reivindicações democráticas: dizem respeito à defesa e à extensão do direito a organizar-se independentemente nos planos político e sindical. Estas lutas têm

também sua atualidade incrementada em todos os países capitalistas, diante das tendências dos Estados burgueses em toda a parte para reduzir os direitos democráticos ou suprimi-los.

As reivindicações mencionadas acima não bastam. A burguesia pode manobrar, fazer concessões se for obrigada a isto. Mas as conquistas obtidas pelos trabalhadores serão sempre provisórias, a burguesia podendo sempre recuperar o que cedeu. Para que a luta ganhe uma dinâmica anticapitalista, e coloque em cheque todo o poder da burguesia, é necessário incluir **reivindicações de transição**: reivindicações que partem das necessidades e do nível de consciência das massas, mas cuja realização é incompatível com o funcionamento normal da economia capitalista e do Estado burguês. Representam uma ponte para o socialismo. Por sua natureza, provocam uma contestação de conjunto do sistema capitalista. A mobilização das massas para a conquista de reivindicações como estas tende a fazer nascer uma crise revolucionária.

Como exemplos de reivindicações de transição, podemos destacar o **controle operário** (sobre a contabilidade das empresas, sobre os estoques, sobre os empregos, sobre os ritmos de trabalho) e o **governo dos trabalhadores** (isto é, um governo dos trabalhadores e dos seus aliados, independente da burguesia).

Construindo o partido revolucionário

Tão importante como as palavras de ordem colocadas são os **métodos** de luta: os marxistas devem sempre estimular a mobilização das massas e a utilização de sua posição estratégica no sistema econômico (as greves).

Finalmente, outra questão estratégica em todos os países capitalistas é a construção de um partido revolucionário com influência de massas, capaz de conduzir a luta dos trabalhadores pela derrubada do capitalismo. A degeneração burocrática dos partidos social-democratas e stalinistas fez com que em quase todos os países não existam tais partidos, mas apenas organizações revolucionárias minoritárias e em alguns casos partidos em construção (como o PT, que deverá passar ainda por uma longa evolução para chegar a ser um partido revolucionário).

Muitas destas preocupações estão presentes na plataforma eleitoral do PT: a defesa das condições de vida imediatas, reivindicações democráticas, e inclusive reivindicações de transição, como "todo o poder aos trabalhadores e ao povo", e a defesa de conselhos populares para controlarem os governos estaduais e municipais. E mais importante que tudo: a independência de classe, a afirmação de que os trabalhadores devem ter um partido próprio e devem fazer sua própria política tem sido o tema básico da campanha do PT.

A reunião do Fundo Monetário Internacional em Toronto, Canadá, resultou numa conclusiva prova da impotência dos capitalistas para deter o caminho ao abismo pelo qual marcha a economia mundial. Ministros de economia, banqueiros, empresários e assessores — nove mil pessoas no total — representando 146 países, procuraram inutilmente chegar a um acordo para por freio ao endividamento descontrolado dos países subdesenvolvidos, cuja impossibilidade de pagar ameaça provocar uma crise em cadeia do sistema financeiro mundial.

A crise do capitalismo e a impotência da burguesia

A formidável dívida de 823 bilhões de dólares contraída pelos países subdesenvolvidos e por alguns países da Europa Oriental ameaçam levar à bancarrota o sistema financeiro internacional. Em Toronto, Canadá, nove mil representantes do capitalismo, entre ministros, banqueiros e empresários mostram a sua impotência para deter a crise.

Por Marcelo Zugadi

A palavra crise, repetida incessantemente, não dá uma medida sensível da situação e temos que nos valer inevitavelmente das cifras: os países subdesenvolvidos junto com alguns países da Europa Oriental, devem a soma de 823 bilhões de dólares. Em 1973, quando começou a primeira recessão mundial de após-guerra, essa dívida era de pouco mais de cem bilhões de dólares. Quando os banqueiros reuniam-se em Toronto, mais de vinte países mostraram-se impossibilitados de cumprir os seus compromissos, colocando a inevitabilidade de renegociar as suas dívidas externas.

O caso mais espetacular foi o México que, antes da reunião do FMI, nacionalizou os bancos privados numa desesperada tentativa de retomar o controle de sua economia e anunciou ao mundo, unilateralmente, que suspendia o pagamento de sua dívida até 1984 e que até lá só pagaria os juros. A Argentina, numa situação ainda mais dramática, sequer pôde fazer como o México. Limitou-se a declarar o não pagamento e não foi capaz de propor ou aceitar nenhum plano para sair da encruzilhada porque a crise pulverizou o poder político, obrigando a ditadura a confessar em Toronto que perdeu o controle do país. A Bolívia aproveitou o escândalo provocado por suas irmãs maiores para que seu aviso de que não podia pagar passasse quase despercebido.

Nesse panorama, o Brasil parecia o rico da família porque chegou à reunião discutindo se era impostergável ou não a renegociação de sua dívida externa. Como se sabe, o Brasil, o México e a Argentina somam 200 bilhões de dólares com suas dívidas, cifra mais do que suficiente para provocar um colapso mortal ao sistema bancário internacional.

A vertiginosa especulação

Contudo, esse desastre financeiro sem precedentes tem um componente que se pretende ocultar com as cifras fabulosas das dívidas dos países do terceiro mundo. Trata-se das dívidas não menos significativas e não menos perigosas para a estabilidade bancária, contraídas pelas grandes multinacionais imperialistas. Embora não possamos nos ocupar desse tema aqui, é um fator a ter em conta para medir a magnitude e os alcances da crise.

Como todo o mundo sabe, na raiz deste crescimento vertical do endividamento internacional, está o aumento dos preços do petróleo a começo dos anos 70. Curiosamente, porém, o México é um país exportador de petróleo e a Argentina se auto-abastecer!

Uma vertente desse fenômeno é incontrolável — obscena seria a palavra apropriada — especulação na qual se lançaram os grandes bancos, depositários das somas fabulosas acumuladas pelos países árabes petrolíferos. Esses capitais, aplicados à especulação e não na produção, num momento em que a economia mundial capitalista sofria um ciclo recessivo, contribuíram de maneira decisiva para a crise, criando esse fenômeno contemporâneo denominado estagflação, que junta as calamidades da recessão com os devastadores efeitos da inflação.



também crescentes quantidades de divisas por parte da indústria, em maquinárias, tecnologia, patentes e serviços de créditos no exterior. As divisas geradas pela exportação de petróleo dispararam no primeiro período de natureza do fenômeno econômico que estava se operando. Dado que a indústria — atrasada e dependente — não pode gerar as divisas que requer seu próprio funcionamento, o crescimento provoca um déficit do balanço de pagamentos que o petróleo não pode neutralizar. Se isso fosse pouco, as maiores rendas que o "boom" petrolífero possibilita a um setor da população, provocam um aumento vertical das importações de bens suntuários, junto com um maior gasto em turismo ao exterior, o que redundará num alargamento da brecha na balança comercial e de pagamentos.

Por outro lado, a recessão nos Estados Unidos provocou a queda das exportações agropecuárias mexicanas para aquele país. O que se combinou com a necessidade do México de importar alimentos pela incapacidade de sua indústria alimentícia para abastecer a sua população. E, finalmente, em meados de 1981, as grandes companhias imperialistas determinaram uma drástica diminuição dos preços do petróleo, com o qual o déficit do balanço de pagamentos chegou em 1981 a 11 bilhões de dólares.

Se a esse quadro se soma a especulação, a corrupção, a corrida ao dólar e a fuga de capitais perante a iminência da crise, pode-se compreender não só a natureza da crise mexicana mas também a abrupta decisão do governo de nacionalizar os bancos e desafiar os critérios do FMI para o pagamento de sua dívida externa.

As decisões do FMI

Mas o decisivo é a comprovação de que a soma de todos os fatores favoráveis com que o México podia contar nos começos dos anos 70 — estabilidade institucional (férica ditadura com aparência democrática), "paz social", amplo mercado interno, desenvolvimento industrial significativo em comparação com o resto da América Latina e enormes rendas pela exportação de petróleo — dez anos mais tarde deu um giro completo para se converter em seu contrário.

A mão imperialista sobre os países dominados, ao contrário da do Rei Midas, toca o ouro e o converte em miséria. E essa verdade irrefutável — e invencível dentro dos limites do capitalismo — verifica-se em cada um dos nossos países latino-americanos, tanto como na África e na Ásia.

O comitê dos 24 (subdesenvolvidos) pediam um aumento das quotas dos membros poderosos, para auxiliar os países endividados e evitar uma quebra em cadeia. O comitê dos dez (imperialistas) dividiu-se em torno do aumento das quotas. Chegou-se a uma solução de compromisso: os recursos do FMI serão aumentados em 25%. Mas isso só poderá ser efetivo em 1985! Para sair do aperto imediato, os países mais ricos aportarão nos próximos doze meses dez bilhões de dólares.

Os Estados Unidos, apesar de ter se apressado a socorrer o México, adotou uma

posição dura. Trata-se para Reagan de cortar créditos ao terceiro mundo. Em troca de socorrer aos desvalidos, diz Washington, há que se criar um "sistema de segurança" para evitar que a crise de um país provoque um colapso internacional. A idéia é excelente. Com exceção de dois detalhes: esse "sistema de segurança" é precisamente o FMI, que tem se mostrado completamente incompetente para controlar os seus sócios e evitar a situação atual. O outro detalhe é que os banqueiros comprovam que não podem impor políticas recessivas a seus maiores e mais perigosos devedores, México, Brasil e Argentina. E que para evitar a quebra de ter uma chance de cobrar, devem continuar emprestando.

A corrida segue. E o "spread" aumenta cada vez mais.

O significado e o alcance da crise

As implicações da reunião do FMI são maiores do que se pode expor em um artigo. Porém, há algumas conclusões que podem ser resumidas.

Não passou muito tempo desde que os tecnocratas do grande capital e certos setores da esquerda coincidiam em propagandear os êxitos e as brilhantes perspectivas de um fantasma que percorria o mundo, mas desta vez para recompor o sistema capitalista: a Comissão Trilateral. Um grupo de imperialistas teria planejado a reestruturação do capitalismo mundial; os "êxitos" no Chile, no Uruguai e na Argentina demonstram o poder supremo da misteriosa organização encabeçada por Rockefeller.

Mais do que perguntar pelo lugar em que foram parar estas "teorias", há que observar o que acontece com as posições políticas que partiam do pressuposto de uma nova estabilidade internacional capitalista. Na opinião dos panegiristas da Comissão Trilateral, a reestruturação vitoriosa do capitalismo mundial abria um período de estabilidade com duríssima repressão por parte de inabaláveis ditaduras militares. Outros sonhavam com aberturas democráticas estáveis, pouco menos que eternas. Cada um tirava suas conclusões políticas, se bem que seria mais correto dizer que decisões políticas baseadas em impressões superficiais ou desejos. Se agarravam à tábua de salvação da Comissão Trilateral para encontrar uma base "teórica" de sustentação.

A instabilidade do capitalismo

Como sempre, as posições políticas durarão mais que as teorias utilizadas para sustentá-las inicialmente. Mas uma correta compreensão de sua origem é decisiva para enfrentá-las na prática.

A reunião do FMI mostra o esforço imperialista para controlar a economia mundial. E tanto mais estrondoso é o seu fracasso. A assembléia de nove mil representantes é o maior fórum imaginável do capitalismo internacional; o sonho não realizado do Keynes que ao se concretizar, porém, mostra-se completamente inútil: é impossível fazer um pacto científico e confiável entre ladrões para repartir o fruto do roubo. A busca irracional do lucro, que impede a planificação da economia capitalista, não só impossibilita qualquer reestruturação científica do capital mas, numa situação de recessão mundial, tem-se convertido num poderoso motor da luta de classes em cada país, de conflitos entre países imperialistas e dependentes e da própria concorrência inter-imperialista.

Comprova-se então que a insistência dos marxistas revolucionários sobre a gravidade da crise não é fruto de um catastrofismo, mas da análise objetiva da situação mundial. E a conclusão é óbvia: não por gosto ou vontade, mas porque comprovadamente a reforma do capitalismo é impossível, o único caminho é a revolução social.

A prova de força do Solidariedade

Mais de cem mil pessoas, tomaram as ruas de 54 cidades polonesas de assalto. Apesar do grande número de prisões efetuadas, a direção clandestina do Solidariedade se reforça.

A direção do Solidariedade não renunciou jamais da idéia de organizar uma greve geral, mas desta vez vamos prepará-la de maneira diferente do que no passado e tampouco foi dito que se tratará de uma greve de protesto de quinze minutos de duração, como a que ocorreu em 3 de maio. O Solidariedade quer escolher seu momento e o terreno propício para encaminhar uma tal ação vultosa a nível nacional, nas fábricas. Mas o que estamos vendo é de fato uma corrida contra o tempo: a situação econômica na Polônia se deteriora a tal ponto que as rebeliões descontroladas podem ocorrer no país. O Solidariedade tem como objetivo organizar um movimento consciente e com objetivos precisos, para evitar uma simples explosão de ódio, tão custosa no plano humano, correndo o risco de acabar num imenso banho de sangue.

Dessa maneira, Miroslaw Chojewski, membro do Biró de Coordenação do Solidariedade no exterior, interpretou para o semanário francês *Nouvel Observateur*, a linha do sindicato polonês face ao "estado de guerra" declarado pelo general-ditador Jaruzelski.

Face, principalmente, à última grande manifestação do povo polonês, tal declaração toma uma importância fundamental. Pois, foi exatamente no dia 31 de agosto — data do segundo aniversário da assinatura dos acordos de Gdansk, que originaram o Solidariedade — que o mundo inteiro pôde presenciar a força da direção do sindicato, ora na clandestinidade.

Todos os correspondentes da grande imprensa, destacados para fazerem a cobertura do "31 de Agosto", como ficou conhecido internacionalmente, ressaltaram dois fatores de grande vulto: o aparato repressivo monstruoso da ditadura burocrática e o caráter massivo e coordenado dos trabalhadores poloneses nas ruas.

A ZOMOS (Unidades Motorizadas de Milícia Militar), principal força repressiva, contando com 25 mil homens capacitados para reprimir qualquer tipo de "distúrbio social", já na madrugada de 31, tomara todas as ruas, escolas, estradas. As grandes cidades e principalmente Varsóvia ainda dormiam quando estavam sendo situadas pelos milícia-

nos repressores. A junta militar, por seu turno, multiplicava pelos rádios, televisões e jornais do governo, as ameaças contra "todos que desobedecessem as leis", isto é, reprimiria ferozmente — como fez — todos aqueles que seguissem o chamamento da Comissão Provisória de Coordenação do Solidariedade: "Todos nas ruas!", "Ninguém nos seus locais de trabalho".

Depois da trégua, o troco

A capacidade de rearticulação demonstrada pelo movimento sindical foi o fator mais ressaltado por todos. Segundo o *Le Monde*, mais de cem mil pessoas, espalhadas em 12 cidades, desafiaram a Zomos. Isto, após o que já havíamos escrito no *Em Tempo* nº 156, vindo em seguida ao período de "trégua social" ou "apelo à calma", como dizia a direção clandestina do Solidariedade. Um fato que poderia servir para desmobilizar os militantes sindicais, serviu pelo contrário para dar-lhes mais forças e organização neste momento decisivo da comemoração do segundo aniversário dos acordos de Gdansk. Os trabalhadores — com grande número de jovens — saíram às ruas de 34 das 40 províncias (voivódies) do país, ocupando cerca de 54 cidades, durante horas e dias.

Como sempre, as cidades mais sacudidas foram Varsóvia, Gdansk, Lublin e Wroclaw. Principalmente Lublin, região localizada no sudoeste da Polónia, que sempre demonstrou seu alto grau de combatividade. Nesta cidade, as manifestações duraram quatro dias, e foi aí também que a repressão foi maior: segundo dados provisórios aí morreram três pessoas. Uma outra morreu em Wroclaw e outra em Gdansk. No cômputo geral, se a demonstração de força do Solidariedade foi grande e coesa, a repressão também não deixou por menos: cerca de quinhentos feridos e mais de quatro mil prisioneiros. E foi em Lublin — que em 1980, chegou a estar inteiramente sob o controle popular durante muitos dias — que a ditadura mais atacou, pois lá além das manifestações de rua, houve uma série de sedes do POUP (PC polonês) que foram queimadas, assim como automóveis e tanques da ZOMOS.

Além dos caminhões de água, para dispersar os manifestantes, o governo utilizou, um sem número de granadas de lacrimogênio. Alguns dias após, no dia 3 de setembro, quatro dirigentes do extinto KOR (Comitê de Autodefesa Social), um dos importantes componentes do Solidariedade, foram presos. Jacek Kuron, Adam Michnik, Jan Litynski e Henryk Wujoc, (os dois últimos não pertencendo ao KOR) que já estavam internados num campo de concentração desde 13 de dezembro de 1981 — data do golpe — na prisão de Bialoleka (Varsóvia) foram culpados de "preparativos para derrubar pela força o regime da Polónia popular" e correm o perigo de continuarem na prisão por mais 3/5, ou 15 anos. Isto se não forem condenados à pena capital. Já no dia 1º de setembro o Conselho Militar de Salvação Nacional, o WRON, logo após as imponentes manifestações, havia declarado o "julgamento urgente" dos membros do KOR, como "principais artífices do 31 de agosto". Nesse mesmo dia 3, como sinal de resposta dos trabalhadores, o centro mineiro de Jastrzebie, na Silésia (sul do país), declarava "greve geral" e novamente a ZOMOS atacou, isolando completamente a cidade do restante do país.

A solidariedade necessária

A força e coragem do povo polonês demonstrada nesses últimos dias é mais do que nunca uma prova de que a luta do Solidariedade é antes de mais nada uma luta pela autogestão operária e pela democracia socialista, como bem definem os estatutos do sindicato independente. Por isso, fazemos nossas as palavras e tarefas apontadas pelo mesmo M. Chojewski, com o qual iniciamos este artigo: "A Solidariedade Internacional é de fundamental importância: relações estreitas com as centrais sindicais estrangeiras; difusão da informação sobre os acontecimentos poloneses; coordenação da ajuda material para a rede clandestina (material de impressão e de radio-difusão); (...) contato permanente com a direção do sindicato no interior da Polónia".

Nós, enquanto militantes do PT e socialistas temos mais do que nunca, na solidariedade que mostrar por "qual socialismo" lutamos.

(Por Wagner Cardoso)

Oriente Médio

Novas pressões sobre a OLP

A administração Reagan, o governo de Israel e os estados árabes servis ao imperialismo, as três pinças do imperialismo, vão se fechando sobre a OLP.

Em Beirute, em meio aos escombros da guerra, a população tenta voltar à normalidade, afastar daquelas ruas destruídas o cheiro da morte de 15 mil pessoas e das dezenas de milhares de feridos. Por todas as capitais árabes fervilha o movimento dos palestinos expulsos do Líbano. O exército israelense, sem abandonar o Líbano, vai assumindo novas posições, tentando conferir ao novo presidente libanês, Bechir Gemayel, uma representatividade e uma autonomia que não tem. Enquanto isso, em Fez, no Marrocos, os dirigentes árabes se reúnem para aprovar mais um plano de paz, composto basicamente por três pontos: mútuo reconhecimento de um estado de não beligerância entre os árabes e Israel; a evacuação das tropas israelenses dos territórios ocupados após 67; o estabelecimento de um Estado de transição nestes territórios e, futuramente, de um Estado palestino. Em Israel, Zeev Ben-Yossef, porta-voz da agência judaica aliança que Israel prepara, para os próximos trinta anos, o estabelecimento de 1,4 milhões de judeus na Cisjordânia e na faixa de Gaza, territórios ocupados após 67. Sharon, arqui-

teto do massacre no Líbano, aponta o plano árabe como "apenas mais uma demonstração do ódio que os árabes nutrem por Israel" e declara que a única paz possível baseia-se em tratados bilaterais entre todos os estados árabes e Israel, sem qualquer menção do povo palestino. De Nova York, Reagan lança seu enésimo "ultimatum". Sua proposta de três pontos abrange o reconhecimento, por parte dos árabes, de Israel como nação soberana, o fim da implantação de colônias judaicas nos territórios ocupados e sua evacuação por parte do exército israelense e a gradual "concessão de autonomia relativa aos palestinos dos territórios ocupados".

As três pinças do imperialismo

A conferência de Fez está longe de conseguir qualquer passo rumo à paz. Visa apenas conseguir que os governos burgueses árabes, muitos deles, como o Iraque e o próprio Marrocos, inteiramente comprometidos com o imperialismo americano, deem as

diretrizes sobre a ação da OLP e dos palestinos, posto que após as mobilizações de massa palestinas nos territórios ocupados por Israel e após o morticínio no Líbano, onde os países árabes não moveram uma palha, a OLP deslocou-se bastante da órbita das burguesias árabes. Por outro lado, a atitude de Reagan não convence ninguém. Ele está atado até o pescoço no plano de Israel para a região, que consiste em estabelecer, gradualmente, estados títeres, servis ao imperialismo americano; destruir fisicamente a OLP e seu potencial revolucionário.

Lentamente, as três pinças do imperialismo na região — a administração Reagan, o governo de Israel e os estados árabes comprometidos com os EUA — vão se fechando em torno da OLP. O governo Reagan, o cowboy assassino Reagan e as burguesias árabes não se interessam por uma solução pacífica e justa. Esta solução só poderá ser gerada pelo diretamente interessados, aqueles que sofrem na pele as agruras da guerra, os trabalhadores da região, judeus e árabes.

(Jaime Brener)

Aprofunda-se o racha no movimento sindical

A reunião dos dias 28 e 29, convocada pelos Enclats do Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, tinha por objetivo avaliar a situação do movimento sindical após o golpe da pró-CUT que adiou o Conclat e unificar os encaminhamentos do chamado bloco combativo. Participaram delegados de dez intersindicais e mais observadores de outras cinco intersindicais. Nos dias 11 e 12 de setembro, realizou-se a reunião convocada pela maioria golpista da comissão pró-CUT, com a participação de federações e confederações, com o objetivo de reestruturar a pró-CUT.

Os setores combativos do movimento sindical presentes nos dias 28 e 29, em nome de uma postura "unitária", não se assumiram como instância de deliberação do movimento sindical. E apesar da expressividade da reunião, que representava a maioria dos delegados da maior parte dos Enclats realizados, não assumiu uma

proposta de data e encaminhamento do Conclat que servisse como referência para negociação com os participantes da reunião dos dias 11 e 12.

Assim, o único ponto que unificava o chamado polo combativo na participação na reunião convocada pela pró-CUT era a exigência de que participassem com direito a voto até dez membros das intersindicais e a proposta de que a recomposição da pró-CUT nacional deveria se fazer por plenárias, guardando a mesma representação de cada estado hoje.

Intransigente, forçando o racha, a maioria da pró-CUT não aceitou os critérios de participação propostos pela reunião dos dias 28 e 29. O que levou ao abandono da reunião dos representantes das intersindicais do Pará, Paraná, Goiás e São Paulo, além de vários outros sindicalistas combativos de outros estados.

Os perigos da conjuntura sindical

Para aqueles que tomam como princípio político a questão de que a unidade e democracia são elos inseparáveis, as últimas reuniões sindicais apontam para perigos inegáveis.

Por Régis Moraes

Os últimos acontecimentos nas articulações sindicais, apressaram e confirmaram previsões que vínhamos fazendo já há algum tempo. E com respeito a algumas delas, na verdade, preferíamos que tivéssemos nos enganado. Para aqueles que tomam como princípio político a questão de que unidade e democracia são elos inseparáveis dentro do movimento sindical, os resultados das reuniões nacionais de 28/29 de agosto (S. Paulo, reunião das intersindicais em resposta aos desmandos da Comissão Nacional Pró-CUT) e a de 11/12 de setembro (Pró-CUT nacional, ampliada) apontam para perigos inegáveis.

Levando em conta que a unidade não elimina os confrontos (bem pelo contrário), a tendência à desarticulação de um quadro unitário de todas as correntes do movimento sindical e, mais do que isso, do próprio conjunto do movimento, é para nós indicio de enfraquecimento do proletariado frente à avalanche de arrocho prometida pelo regime após as eleições de novembro.

Dois projetos

Hoje se pode dizer que existem pelo menos

dois projetos no movimento sindical. Um deles mais claro que o outro. O projeto do antigo bloco da Unidade Sindical, capitaneado pelos setores reformistas aliados ao peleguismo, associa a construção de uma central única à conciliação com a estrutura sindical vigente e com a hegemonia política da chamada oposição burguesa. Nesse quadro, um congresso de constituição da Central Sindical, em 1983, sob o impacto do quadro gerado pelas eleições (avanço da oposição burguesa ao nível do parlamento e de alguns executivos estaduais e municipais) e realizado por critérios que, antecipadamente, restringem qualquer perspectiva de enraizamento na realidade e nas lutas efetivas da classe operária, é uma porta entreaberta à aceitação de um pacto social ou "acordo de salvação nacional" que conduziria a um "dá ou desce" desmoralizante, com reflexos na adesão dos trabalhadores às lutas de resistência e aos próprios sindicatos.

Algumas resoluções de 11/12 representam, nesse sentido, uma provocação aberta ao não-reconhecimento da Pró-CUT. Baseadas num casuismo que nada fica a dever aos decretos

biônicos de Figueiredo, com a concessão de poder às Confederações e o critério de representação que nivela, por exemplo, o número de representantes de S. Paulo àqueles do Piauí (como no Senado...), essa reunião só podia terminar num impasse que ameaça instituir uma divisão em todos os níveis (nacional, estadual, sindicatos locais).

Onde está o PT?

Do outro lado do movimento sindical está um bloco não homogêneo, que não evidencia suas perspectivas e pretensões e portanto ficará no "vou-não-vou", fazendo eco às iniciativas pelego-reformistas. A indecisão mostrada na reunião de 28/29, se por um lado aponta uma perplexidade compreensível diante do complicado momento, por outro favorece a retirada de decisões no bolso do colete, portanto em instâncias nada representativas e, assim pouco acessíveis ao controle e discussão das "bases". Naturalmente, estamos ao lado do chamado "bloco combativo", mas isto não pode significar apenas um reforço

quantitativo e um apoio às suas práticas que incitem à democracia direta dos trabalhadores.

Isso é importante, mas insuficiente. É mais que tempo — é quase sem tempo — dizer que o seu reforçamento passa também por uma clara definição ideológica, que não se dará sem debates a claro, onde se diga onde se pretende chegar. Fora dessa definição, o justíssimo princípio de uma unidade baseada no enraizamento de massa e na democracia operária ficará cada vez mais, no céu dos princípios, o que pode agradar os que acreditam na vida eterna, mas não àqueles que preferem os princípios encarnados na prática terrena, aqui e agora.

Esse debate é urgente. Impossível porém é fazê-lo no interior de um indefinido "polo combativo" tomado genericamente. Impossível fazê-lo na ANAMPOS, articulação com respostas insuficientes e de representação bem pouco aberta e democrática. A resistência de muitos militantes do PT em preencher a necessidade de elaborar e implementar sua linha sindical é, nesse sentido, um atraso inaceitável. Deve ser superado, de qualquer modo.

Opinião

Gilmar Santos

Vice-presidente do Sindicato dos

Bancários de S. Paulo e membro da pró-CUT estadual.

Dois setores opostos do movimento sindical, por métodos diferentes, estão levando ao racha do movimento. O primeiro trabalha pela divisão reproduzindo os mesmos casuismos da ditadura para se manter no poder, objetivando manter sua hegemonia no movimento sindical através das Federações e Confederações, apossando-se dos aparelhos sindicais como instrumentos materiais para se manterem e para garantir sua autoridade política frente à sociedade. O segundo processo está dentro do próprio movimento sindical combativo mas que não evidencia suas propostas e não deixa claros os seus objetivos.

Quem sai perdendo é a grande maioria dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais que, diante de fatos consumados, ficam obrigados a optar por um lado ou outro.

A retirada da Intersindical de S. Paulo da reunião do dia 11 e 12 de setembro, junto com Intersindicais e sindicalistas de vários estados foi a última alternativa que tivemos diante da situação a que se chegou, como forma de preservar o respeito às decisões democráticas dos trabalhadores.

Quando a maioria da Comissão Nacional Pró-CUT recusou-se a aceitar as propostas dos sindicalistas que se reuniram nos dias 28 e 29, definitivamente abriram mão da unidade.

Seria impossível aceitar que a recomposição da Pró-CUT nacional fosse decidida nos estados onde votassem apenas um representante por sindicato, ou ainda que a nível nacional o peso de estados decisivos no movimento sindical como S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas etc, fosse igual a estados onde o movimento é frágil como Amazonas, Piauí etc. Seria o mesmo que submeter os rumos da sociedade brasileira ao coronelismo do interior do nordeste.

Ao saírem da reunião os sindicalistas propuseram a realização de um encontro sindical para dezembro, cabendo a todos criarem propostas objetivas para que a classe trabalhadora resolva o impasse e crie instâncias democráticas para que a decisão de rachar ou não o movimento sindical seja uma proposta da própria classe trabalhadora e não das cúpulas.

As resoluções da pró-CUT



1. renovação da pró-CUT, com representantes eleitos nos estados (enclats realizados daqui até 21/11).

2. Os representantes das confederações e de outras entidades de nível nacional indicarão representantes para a pró-CUT através dos respectivos conselhos de representantes.

3. Os representantes dos estados na nova pró-CUT respeitarão a seguinte proporção:

Acre	2
Alagoas	2
Amazonas	2
Bahia	4
Brasília	2
Ceará	2
Espírito Santo	2
Goiás	2
Maranhão	2
Mato Grosso	2

Mato Grosso do Sul	2
Minas Gerais	5
Pará	2
Paraíba	2
Paraná	2
Pernambuco	3
Piauí	2
Rio de Janeiro	6
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	6
Rondônia	2
Santa Catarina	2
São Paulo	8
Sergipe	2

4. Essa pró-CUT tomará posse em 27/28 de novembro, quando realizará sua primeira reunião, estabelecendo a forma de organização do congresso de 1983 (previsível para agosto...).

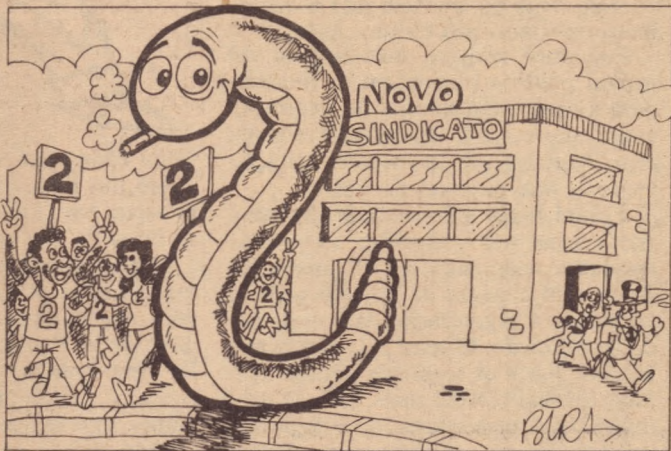
A grande vitória da oposição dos químicos/SP

O dia em que a cobra fumou

Confirmando o seu enraizamento nas fábricas e o desgaste dos dez anos de direção pelega no sindicato, a oposição dos químicos paulistas venceu por uma larga margem de votos. Agora é a vez dos químicos de Santo André, onde a oposição promete dar trabalho ao pelego.

A chapa 2, de Oposição do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, (67 mil) confirmou nos dias 8, 9, 10 e 11 desse mês o seu favoritismo, e derrotou os pelegos, à frente do sindicato há 17 anos. A margem de votos não deixou dúvidas: 3.686 votos para a chapa 2 contra 2.457 dos pelegos da chapa 1, apesar de todas as tentativas de diminuir o quórum de votação, isolar as fábricas onde a presença da oposição é maior etc. Essa vitória, em segundo escrutínio, foi tão arrasadora, que no dia da apuração nenhum "tribuneiro" ou "agapista" (aliados dos pelegos) deu as caras. Nas rodinhas de apoiadores da chapa 1, só se ouvia os pelegos dizerem: "É, esses caras nos deixam na mão!".

A oposição, liderada por Domingos Galan-



te, não só venceu o segundo escrutínio por larga vantagem como reverteu muitas das pequenas urnas onde havia perdido, ganhando em 15 das 19 urnas. No meio da festa, entrevistamos alguns dos membros da chapa 2, cuja vitória desestabiliza a superpelega Federação dos Químicos e abre uma brecha para a vitória da também opositora chapa 2 dos químicos do ABC:

— Francisco, o senhor que trabalha na Nitroquímica, que tem 4.000 operários, 1.200 sócios, e onde a vitória da chapa 2 foi de 814 a 158 votos: por que os operários da Nitro votaram em peso na Chapa 2, e o que esperam da nova diretoria?

Francisco Jr. — (Vice-presidente, pela Chapa 2). Olha, o operário da Nitro é muito exigente, sabe o que quer e acreditou na gente porque o nosso trabalho lá não é de hoje mas de muitos anos, sempre ao lado da luta dos trabalhadores. Apesar das calúnias dos pelegos eles votaram na gente em massa, e eu acredito que nosso primeiro trabalho será estender o pagamento do adicional por insalubridade a toda a fábrica.

— Qual vai ser o primeiro eixo de trabalho da nova diretoria?

Antonio Carlos — Nosso primeiro passo será trazer a categoria para participar em massa de nossa campanha salarial, conseguir um aumento melhor e ter melhores condições de impor aos patrões as nossas reivindicações.

— Fernando, qual a reação da categoria frente a esta proposta de um novo sindicalismo, alicerçado na participação das bases?

Fernando — Bom, a reação pode ser em parte constatada pelo resultado das urnas, mas

mesmo o trabalhador não sindicalizado aprova nossa proposta. É interessante a gente notar que muito sócio antigo, que participava do movimento sindical há 15 ou 20 anos deu a maior força pra nossa campanha.

— Nessa campanha foi dada muita ênfase ao trabalho junto às mulheres: o que vocês pensam fazer?

Isabel — Em primeiro lugar, antes de fazer qualquer proposta, a gente tem que trazer as mulheres para o sindicato, em cima de uma participação concreta. Eu acho que esta campanha abriu um espaço bastante grande pra gente envolver muitas companheiras nessa luta.

No momento em que terminávamos esta entrevista, um enorme cordão composto por mais de 150 químicos e apoiadores da chapa 2 passeava pelo salão do sindicato carregando nos braços a enorme cobra com um cigarro na boca, símbolo de toda a campanha e da disposição de luta de todos os companheiros envolvidos na campanha, que já avisaram: "cuidado pelegos, e reformistas em geral, nosso próximo encontro vai ser nos Químicos de Santo André, e lá a cobra vai fumar de novo..." (Por Jaime Brener)

Marceneiros Belo Horizonte

Reorganizando o sindicato

Vindo de uma intervenção, o Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte está passando por um processo de reorganização, através da participação dos membros da chapa única que concorre às eleições marcadas para 17, 18 e 19 de setembro. Aqui, EM TEMPO entrevista três componentes desta chapa: Carlinhos, candidato a presidente, Júlio Alves e José Dias.

— Qual a situação do Sindicato dos Marceneiros?

Carlinhos — A nossa participação no Sindicato vem de 1979, com o surto de greves que se espalharam pelo país, que despertou nosso interesse para a participação no sindicato. O sindicato estava nas mãos dos pelegos, tentamos participar de algumas assembleias, mas elas não eram divulgadas, as reuniões da diretoria eram fechadas. Em 1981, o sindicato sofreu intervenção por corrupção: quase um milhão de cruzeiros desviados. Formamos uma chapa com muito sacrifício e aí percebemos como a categoria realmente estava totalmente desmobilizada e dispersa.

José Dias — É, mais de 20 mil pessoas na categoria e pouco mais de 900 sindicalizados! Ninguém acreditava no sindicato, nós tivemos muito trabalho para convencer as pessoas a participar da chapa.

Carlinhos — A nossa chapa surgiu de uma assembleia da categoria, com poucas pessoas presentes. Existiam dois candidatos a presidente, o Alcides, candidato a deputado pelo PT e eu. Com o correr das discussões meu nome foi escolhido e o Alcides ficou como secretário; entretanto, o trabalho do Alcides é importante para o partido e ele decidiu não ficar na chapa.

— E quais são os problemas específicos da categoria?

Júlio Alves — É uma categoria muito desunida, a gente sente falta de lideranças de fábrica. Muita gente tem medo de participar do sindicato, tem medo de ser despedido.

Carlinhos — Eu mesmo fui mandado pra rua pouco antes da chapa se inscrever...

Júlio Alves — O nível de sindicalização é muito baixo. Na Ianni, por exemplo, com 400 trabalhadores, só 5 são sindicalizados. Além disso, o Sindicato não pega só marceneiros, pega fábrica de vassouras, estofados, cortinas, que são fábricas pequenas, com 4 ou 5 pessoas. E tem um número crescente de autônomos, que trabalham por conta própria aqui e ali.



Carlinhos — A rotatividade no emprego é muito grande, o piso salarial é muito baixo, muitas pessoas são obrigadas a fazer hora-extra. Uma exploração do trabalho de menores e das mulheres... Trabalho muito duro — como de uma linha de montagem — e salário que não dá pra nada. As firmas grandes — a Minart, a Madeirense — fazem muito isto: despedem o marceneiro e contratam um menor ou uma mulher para efetuar o mesmo

serviço, com um salário bem mais baixo.

— Como vocês se organizaram para fazer a campanha, com uma categoria tão dispersa e com muitos autônomos?

Júlio Alves — Nós dividimos em dois grupos, um para as fábricas e outro para visita de casa em casa; para conseguir conversar com os autônomos a gente tem que ir na casa deles mesmo. A gente discute com o associado, pede pra ele divulgar o nosso trabalho. A nossa campanha nas casas é como uma corrente: um passa pro outro, que passa pra outro...

Carlinhos — Eu fiquei num grupo de fábrica, e a receptividade tem sido muito boa. A gente é recebido com muita satisfação, muitos dizem que é a primeira vez que vêm o sindicato distribuir boletim na fábrica. Algumas pessoas se sindicalizaram, muito mais gente tem participado de nossas reuniões. É claro que a gente não vai recuperar em um ano o que nós perdemos em dezoito, mas já se começa a levantar alguns pontos, discutindo a importância do Sindicato.

— E quais são as propostas de luta da chapa?

José Dias — A campanha de sindicalização, a luta contra a exploração de mulheres e menores, contra a rotatividade no emprego, por um piso salarial unificado. Partiremos para a campanha salarial de janeiro já com estas reivindicações e levando também as bandeiras e propostas de luta da Conclat. Mas um quadro mais real do que é a nossa categoria, de quais são suas reivindicações, para podermos levantar um plano mais concreto de lutas, isso a gente só vai conseguindo com o que a dia no sindicato.

Rio de Janeiro

Eleições dos Profissionais em Processamento

Nos dias 27 de setembro a 1º de outubro se realizarão as eleições para a diretoria da APPD do Rio (Associação dos Profissionais de Processamento de Dados). Concorrem à diretoria duas chapas: a chapa 1 (Opção Democrática) e a chapa 2 (Mobilização).

O setor de processamento de dados, é hoje um setor chave na economia internacional. No Brasil, a importância da informática é cada vez maior. Basta ver que se o setor de processamento de dados dos bancos parar, a economia também pára. Por isso mesmo, este setor é ligado diretamente à Secretaria Especial de Informática do Conselho de Segurança Nacional que regula a política nacional de informática.

Os profissionais de informática no Brasil chegam hoje a cem mil trabalhadores, só no Rio de Janeiro se concentram 35 mil. A categoria é muito heterogênea, nela se incluindo por exemplo, os analistas que ganham em média Cr\$ 250.000,00 até os digitadores que ganham em média Cr\$ 45.000,00.

A APPD-RJ foi criada a cerca de cinco anos na luta pela criação de uma política nacional de informática, na defesa da tecnologia nacional, contra o achatamento salarial da categoria. Atualmente existem no Brasil 12 APPDs e uma coordenação nacional, a APPD-Nacional.

As APPDs são associações livres, independentes da tutela do Ministé-

rio do Trabalho; sem portanto o poder legal que existe nos sindicatos. No ano passado, a APPD do Rio de Janeiro entrou na ofensiva pelos direitos da categoria levando à frente uma campanha de reivindicação salarial. Como resultado desta luta surgiu uma vanguarda de ativistas que deu origem à chapa 2 Mobilização.

A idéia original dos hoje integrantes da chapa 2 era formar uma chapa de unidade com a maioria dos membros da atual diretoria. Tal unidade se daria em cima de um programa comum que tinha como principal item a criação de um Conselho Deliberativo, constituído pela diretoria e os representantes eleitos nas comissões sindicais. Este Conselho teria reuniões quinzenais. Esta proposta foi recusada pela maioria dos membros da atual diretoria. Desta forma, apresentam-se duas chapas para estas eleições.

A chapa 2 — Mobilização constituída em sua maioria por membros do PT, procura expressar a heterogeneidade da categoria ao contrário da chapa 1, composta principalmente pela elite dos analistas.

O programa da chapa 2 tem como pontos principais a criação de Comissões de Empresa e a luta para garantir uma política nacional de informática que defenda uma tecnologia nacional voltada para os interesses da maioria da população.

São Paulo A luta dos metalúrgicos contra o desemprego



A **Telefunken** deu a partida: contra as demissões e a notícia de transferência da fábrica para Manaus, 4 dias de greve dos 1.200 empregados. O máximo que se conseguiu foi a estabilidade até dezembro.

Praticamente o mesmo aconteceu com a **Móveis de Aço Fiel**. Na **Sharp**, conseguiu-se a não obrigatoriedade de horas-extras e punição para um chefe. Na **Gradiente**, nada se conseguiu na negociação. A greve foi declarada ilegal pelo TRT. Os operários resolveram voltar, organizados, para o trabalho. A empresa, atencioso-se a novas surpresas, preparou a sua: no dia 3 de setembro distribuiu comunicado aos funcionários, promovendo algumas melhorias no trabalho e abrindo eleições diretas para uma comissão de empregados, com mandato de noventa dias, podendo ser, depois, definitiva. Na

Motores Brasil, o acordo de estabilidade até dezembro, obtido com a greve, não foi assinado pela empresa, que voltou atrás. O caso ainda promete desdobramentos. Na **Columbia** a greve foi sufocada com a prisão de 15 trabalhadores (oito dos quais dentro da fábrica), além de diretores do sindicato, apreensão das Kombis do sindicato pelo DOPS, e outras gentilezas patronais.

Na **Monark**, 3.500 operários mantiveram a greve mesmo depois de declarada ilegal pelo TRT. Debaixo dessa pressão e de uma "mostra" de viaturas policiais (10 camburões em média, além do caminhão de choque), a negociação chegou a algumas pequenas conquistas e mais uma estabilidade até dezembro.

A sequência de greves não desmoralizadas faz prever boas perspectivas para a campanha salarial da categoria, cuja importância para os demais tra-

balhadores da Grande São Paulo é enorme, uma vez que tem sido o termômetro das lutas nos últimos anos.

Enquanto isso, os metalúrgicos da capital paulista esquentam os motores para a campanha salarial desse ano. O clima que cerca a maratona é quente: crise, desemprego, de um lado, agitação eleitoral anti-governo de outro.

Foram feitas algumas reuniões setoriais e uma "pré-assembleia" na sede da entidade, onde mais de 400 operários discutiram a pauta de reivindicações e iniciaram a organização das comissões de mobilização. O centro da campanha incidirá sobre os seguintes pontos: reajuste salarial (INPC mais 15% de produtividade), piso salarial de Cr\$ 58 mil, estabilidade de um ano, comissões de fábrica eleitas. A primeira assembleia "oficial" está convocada para 17/9.

No município de Osasco, o lançamen-

to da campanha se deu bem antes, há quase um mês, com a presença expressiva, para uma assembleia inicial — de cerca de 300 operários.

O que, porém, surpreende, é que nem mesmo uma perspectiva de campanha unificada entre trabalhadores metalúrgicos de S. Paulo, Osasco e Guarulhos foi apresentada. Esta unificação encontrará ainda maiores dificuldades, diante do fato que a direção sindical de Osasco já está encaminhando a pauta para negociação com as empresas, uma a uma, antes da negociação com o Grupo 14 da FIESP.

A Zona Franca, essa zona de pirataria consentida foi criada em 1957, inicialmente como região de livre comércio. Em 1967, o general Castelo Branco transformou-a em zona industrial que concede desde então enormes incentivos: isenção de impostos de importação para componentes, de IPI, imposto sobre exportações, sobre operações de câmbio (nas importações destinadas ao Programa Especial de Exportações) serviços de drenagem, terraplenagem, de água e luz, desapropriação de terras e... mão de obra sem os mesmos dispositivos sindicais de proteção do sudeste do país.

Orgia na Zona Franca

A operação demissões massivas vem sendo adotada como um rolo compressor por várias empresas do parque metalúrgico paulista. Olhando a lista, localizamos numerosas empresas que "coincidentemente" mostram filiais (hoje quase matrizes) na chamada Zona Franca de Manaus: Telefunken, Gradiente, Sharp, Monark.

Os projetos implantados atualmente na Amazônia concentram mais de 50 mil trabalhadores industriais, mais de 200 empresas e investimentos superiores a 50 bilhões de cruzeiros. Veja os ramos mais importantes na tabela no fim do artigo.

A lista das empresas mostra nomes velhos conhecidos e as dimensões da mão de obra empregada: Pereira Lopes-Sanyo (1206 empregados); Springer National (789), Semp-Toshiba (1206), Sharp (1948), CCE (2899), Phillips (1033), Dismac (656), Telecolor (Telefunken: 819), Evadin (Mitsubishi-Aiko: 1471), Gradiente (2948), Philco (102), Polivox (875), Motoradio (1065), Calói (717), Honda (2129), Monark (806).¹ O peso da indústria eletro-eletrônica é aí visível: 80% dos eletro-eletrônicos de entretenimento consumidos no mercado brasileiro são produzidos em Manaus. Soma-se a isso quase 100% das TV a cores nacionais. Quanto ao material de transporte, grande parte dos motocicletos, ciclomoteres e bicicletas destinadas ao mercado nacional vem daí.

Um modelo importado

Por que essa "transferência" de fábricas, aparentemente tão irracional? Para responder a essa pergunta, deve-se primeiro lembrar que não se trata de nenhuma novidade tupiniquim. Há pelo menos vinte anos se observa um deslocamento de fábricas dos países avançados para zonas francas, sobretudo no leste e

sudeste asiático. Grande número de empresas americanas, européias e japonesas deslocaram unidades de produção para Taiwan, Coréia do Sul, Singapura, Hong-kong, onde jovens e mulheres eram, em massa, concentrados em "world market factories", fábricas destinadas exclusivamente ao mercado internacional.

Dentro de um quadro de nova divisão internacional do trabalho e segmentação da produção, os processos tecnológicos de ponta são mantidos nos países de origem, e os setores de montagem e teste (operações padronizadas, repetitivas requerendo muito trabalho não-especializado) fixados nesses países atrasados. Os governos locais, por "acaso" ditaduras, por sua vez, se incumbiam de oferecer vantagens: isenção de impostos, ausência de legislação trabalhista, generosas leis de remessa de lucros. Para se ter uma idéia: os salários americanos (para funções iguais) eram mais de dez vezes superiores aos do sudeste asiático. Além disso, os sindicatos são impedidos de se organizarem, pela repressão, ou esvaziados por "comissões representativas" e "sistemas de consultas" perto das quais a própria "comissão" da Volks seria um modelo de combatividade...

Um desafio aos sindicatos

Esse quadro, que descrevemos tão rapidamente, dá pra ter uma idéia do complexo sistema de forças que os trabalha-

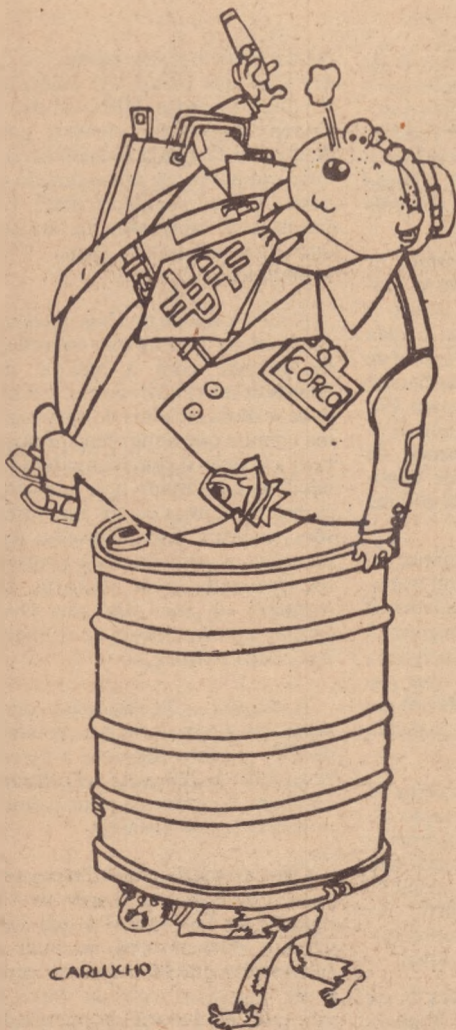
dores brasileiros têm pela frente. O capitalismo internacional só pôde efetivar essas operações aproveitando-se da inexistência de uma organização internacional dos trabalhadores. O mesmo se pretende fazer no Brasil, aproveitando-se, além disso, da inexistência de uma central sindical a nível do próprio país, o que permite jogar do sudeste para o norte as manobras das empresas. Os brasileiros ainda terão outro problema adicional: as fábricas montadas em Manaus, diferentemente das asiáticas, vendem dentro do país. Quer isso dizer que, além de tudo, teremos que pagar a remessa de seus dólares para o exterior. Deixar de comer... para exportar.

A articulação do movimento dos trabalhadores a nível nacional e internacional — se é difícil — por outro lado é caso de vida ou morte. A não ser que queiramos nos distrair com migalhas para os que ficarem empregados e assistir à desmoralização do proletariado, dividido e segredo entre milhões de jovens, mulheres e não-especializados jogados no desemprego e no subemprego.

Cai oferta de emprego

Teve pouco fôlego o otimismo nitidamente promocional dos principais ideólogos da política econômica acerca da retomada do crescimento da indústria. Os níveis determinantes não foram alterados e após alguns meses de insignificante crescimento, o nível de emprego voltou a cair em São Paulo em agosto de acordo com os recenseamentos da FIESP.

De 620 empresas pesquisadas, dez setores de atividades apresentaram diminuição do nível de emprego. Entre eles, o metal-mecânico, o farmacêutico, o químico e o de abrasivos.



Ramo	Empresas	Mão de obra	Investimentos (Cr\$ milhões)
Eletro-eletrônicos	40	21.600	11.500
Material de transporte	11	5.359	3.840
Textil	8	3.899	3.123
Relojoeiro	11	2.286	4.047

Sete faces da estratégia da burguesia

1 Grande parte das indústrias no Brasil é estrangeira. A maior parte de suas vendas, contudo, é feita no mercado interno. Para pagar suas dívidas com o exterior (remessa de lucro, juros, patentes etc), elas necessitam que a economia nacional obtenha dólares, através da exportação, empréstimos ou entrada de novos investimentos, pelos quais, cada vez mais, o capital estrangeiro vai "comprando o país".

Mas para converter esses rendimentos (juros, lucros etc) em reinvestimento, as multinacionais precisam ter certeza de que terão grandes lucros, além de segurança sobre suas propriedades (estabilidade política e social do regime). Por isso, um executivo do Banco Central já dizia, há um ano atrás, que era preciso convencer as multinacionais de que "o Brasil é um bom negócio", para que elas bancassem o endividamento (*Gazeta Mercantil*, 27/3/81).

2 Há aí, portanto, um círculo vicioso: o regime ditatorial é permanentemente instável. Diante disso, os investidores estrangeiros exigem garantias extraordinárias; essas garantias aumentam antecipadamente os custos, fazem oscilar os preços e alimentam a especulação financeira. O reflexo disso é a instabilidade econômica e a carestia, os quais, por sua vez instabilizam o regime e exigem medidas ditatoriais. Esses limites para a chamada "democracia burguesa" levavam, em 1976, o senador carioca Roberto Saturnino a pregar um "novo modelo econômico", aplicado por um "governo responsável", que tranquilizasse o capital estrangeiro, o qual "desconfia da estabilidade das ditaduras". (Est. S. Paulo, 26/12/76). A receita é clara.

3 Ora, há também algum tempo, grande parte dos tecnocratas vem falando da necessidade de remédios amargos para a economia doente: cortar créditos e gastos públicos, corte de subsídios (petróleo, alimentos etc). A consequência dessas medidas seria, num sistema tão monopolizado, juntar inflação e recessão, com inegáveis prejuízos para os assalariados. Hoje, há ameaças de

Jogando recursos de um setor a outro, valendo-se de políticas estatais favoráveis (como a Zona Franca de Manaus), deteriorando os fundos operários (como a Previdência) e os serviços públicos, os patrões negociam no varejo para ganhar no atacado da grande política econômica. Só há uma saída para os trabalhadores: a unificação nacional de suas lutas.

que essas medidas serão conjugadas com a revisão da legislação salarial e novos pacotes da previdência. Diante da tragicômica reunião do Fundo Monetário Internacional, assustado com as dívidas dos chamados subdesenvolvidos, volta-se a anunciar que, depois das eleições de novembro, os cintos vão se apertar. A "reordenação" da economia significará um novo período de "sacrifícios temporários" que recairão sobre algumas empresas e, evidentemente, com muito maior força, sobre os trabalhadores. Por isso, já em abril de 1981, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Eletro-Eletrônicas falava de uma fase de "seleção natural dos mais aptos". Se a saúde econômica das empresas será atingida, imagine-se o que ocorrerá com a "escravidão assalariada" do capital.

4 Nesse quadro, é que se deve focar os conflitos surgidos em muitas indústrias que estão aplicando os mais variados expedientes para manter seus lucros: dispensas, "racionalização" da produção, aumento de intensidade de trabalho, transferências de fábricas para regiões mais lucrativas etc. Os operários metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, estão sendo obrigados a **vender seu posto de trabalho**. Por um preço maior ou menor, conforme as oportunidades, mas vendendo. Foi o caso das "indenizações" conseguidas pelas dispensas na Massey-Ferguson, Telefunken, Gradiente etc.

5 Os empresários não dispensam negociações parciais sobre itens muito limitados. Logicamente, fazem tudo para negociar a baixo preço. Mas

contam compensar as perdas das negociações com medidas que vão além dos muros de uma fábrica, cidade ou categoria. Jogando recursos de um setor a outro, valendo-se de políticas estatais favoráveis (como a zona franca de Manaus), deteriorando os fundos operários (Previdência), e os serviços públicos fruidos pela população trabalhadora. Negociar no varejo para ganhar no atacado da grande política econômica.

Por isso, os patrões buscam se limitar às negociações parciais (desde que controladas e "responsáveis"), às custas de afogar as reivindicações "político-sociais" que questionem e reclamem modificações no conjunto do modelo sócio-econômico.

6 Para os operários, não se trata de abandonar as reivindicações e negociações parciais. Elas são um fator essencial para manter a moral, acumular forças e "treinar" a classe trabalhadora no enfrentamento com a burguesia. Mas é preciso ter claro que nenhum sindicato, por mais forte e dinâmico que seja, consegue enfrentar sozinho — e a nível da pura negociação econômica, empresa por empresa — esses movimentos do capital e de seu governo. A dimensão dos problemas da classe trabalhadora exige uma unificação e centralização intersindical crescente. E as reivindicações necessariamente implicarão questões políticas. Não por acaso, em muitos países, em determinados momentos, as centrais quase se configuram como quase-partidos, obrigadas que foram, pela fase de decadência



imperialista, a apresentar uma alternativa operária à reorganização da sociedade.

7 A frequência com que os grandes dissídios têm dividido suas pautas em um conjunto de reivindicações dirigidas aos patrões e um conjunto destinado ao governo é uma indicação dessa tendência. Quando o dirigente metalúrgico da capital, Luiz Antonio, declarava a nosso jornal que não havia hoje diferenças entre a prática do sindicato da capital e os combativos, essa afirmação aponta para **visíveis** modificações às quais, porém, há que fazer duas **ressalvas**: elas se dão com alguns anos de atraso, que é preciso superar; e por outro lado, o pequeno peso desse sindicato nas articulações intersindicais (estaduais e nacionais). Este último fato, contrastante, por exemplo, com a realidade do ABC, é grave se pensarmos o peso dessa categoria na safra de dissídios do segundo semestre, que envolve milhões de trabalhadores (metalúrgicos de Osasco e Guarulhos, químicos, marceneiros, vidreiros etc).

A unificação dessas lutas é urgente, se não se quiser permanecer negociando no varejo, na necessária "escola de guerra da luta de classes", enquanto se perde a batalha do atacado, possibilitando à burguesia salvar seus lucros. (**Regis Moraes**)

Opinião

Jogar o peso do PT nesta briga

Por Eduardo, do núcleo dos metalúrgicos de Santo Amaro

A reivindicação de estabilidade no emprego é, sem dúvida, o item chave nesta campanha. As próprias greves estão mostrando isso. Mas além da briga em torno da estabilidade, é importante lutar por um bom índice de produtividade e um bom piso salarial, única maneira de frear as manobras de rotatividade de que os patrões estão lançando mão de uma maneira crescente. A luta pelo reconhecimento das comissões de fábrica é também fundamental e esteve presente nas principais greves realizadas recentemente. De nada vale conquistar um bom acordo ou uma promessa de estabilidade em uma negociação se os operários não têm força dentro da empresa para garantir a sua aplicação.

A força desta campanha

O mais importante é que a categoria entra de cabeça levantada nesta campanha. E com uma diferença importante: a direção do sindicato, certamente sentindo a pressão que vem de baixo e após o enorme desgaste nas campanhas passa-

das quando capitaneou a proposta de entregar o índice de produtividade por uma proposta vaga de estabilidade dos patrões, se abriu para um assumimento mais direto da luta contra o desemprego. Isto está fazendo com que o sindicato seja mais respeitado pela categoria o que, sem dúvida, dá novas forças para a campanha.

Sempre tendo presente a conjuntura eleitoral, devemos utilizar todas as formas de pressão possível sobre os patrões sabendo que se formos derrotados ou conseguirmos migalhas nesta campanha eles vão entrar de sola sobre a gente no próximo período. A referência para a categoria é o sindicato e todas as forças de oposição sindical têm que nele atuar sendo sensíveis e defendendo as propostas que façam avançar o movimento e a democratização do sindicato.

A briga vai ser dura e é muito importante que nós consigamos a unificação da campanha dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Vai ser decisivo também o apoio da comissão pró-CUT, garantindo a sua presença e divulgando as nossas reivin-

dicações para outras categorias e promovendo mobilizações de solidariedade.

É urgente também a unificação da atuação dos petistas nesta campanha, principalmente dos vários candidatos metalúrgicos. A secretária sindical do partido, cumprindo as próprias determinações do encontro sindical do PT, deveria convocar já uma reunião de todos os militantes que atuam na categoria.

Com as greves, aumenta a consciência de classe dos companheiros, surgem novas lideranças. A paralisação da Gradiente, por exemplo, veio a tona após a demissão de duas mulheres grávidas. O pessoal da ferramentaria, setor chave para garantir a greve, aderiu mesmo sem estar sofrendo mais diretamente

Os operários da Monark, ameaçados com a notícia que corria na fábrica dando conta de 1.500 demissões futuras, decidiram sustentar a greve mesmo após a decretação de sua ilegalidade. O espírito de combatividade da classe vai sendo estimulado, o exemplo passa de fábrica a fábrica. Na Asama, na zona oeste, uma assembléia em que participou a maior

parte dos operários conquistou uma comissão de fábrica.

As eleições e o movimento

É sentindo concretamente o peso da ameaça de desemprego que percorre as fábricas, é sentindo a combatividade e a solidariedade crescente entre os operários que vemos claramente o erro dos que em nome das eleições adiam ou secundarizam o movimento sindical.

Os próprios operários sabem que é preciso ligar, saber utilizar as eleições para reforçar o movimento. Nas fábricas onde se deram as greves, é impressionante o desgaste eleitoral da ditadura, do PDS. Não foi uma nem duas vezes que ouvimos expressões como "vamos f(*) o PDS nestas eleições", "vamos arrebanhar com aqueles ladrões e saíados".

Agora, quando a campanha salarial da categoria começa a entrar em seus momentos mais decisivos é preciso aproveitar bem as oportunidades que o clima eleitoral, o ambiente de politização oferecem para o reforço das posições da categoria na negociação com os patrões.



Berta Diniz Mulher, candidata, companheira

Berta Diniz, a Dona Berta, como é conhecida no PT mineiro, é servente num grupo escolar de Belo Horizonte e candidata a vereadora. Aqui, ela conta num papo descontraído como sua vida mudou depois que entrou para o PT, como ela conquistou a sua dignidade enquanto mulher e fala das suas lutas e da sua campanha eleitoral.

Entrevista a Maria Celina Borges

Como é a sua história? Como você começou a participar do PT?

Berta: Comecei a participar do PT através do movimento de Transportes. Minha filha já era do partido e tinha tentado várias vezes me levar. Mas eu era muito reprimida e achava que isso não tinha a menor importância. Então, um dia, minha filha ia distribuir convocações do movimento de transportes e me convidou. E comecei a participar. Entrei para o PT como se nunca tivesse saído. Foi aí que eu vi que minha vida tinha sido um erro total, eu tinha vivido à margem da sociedade, uma mulher reprimida, vazia. Antes, eu achava que tudo que eu tinha feito não tinha importância, que eu era uma pessoa inútil. Depois que eu entrei para o PT é que eu senti que a minha vida foi grande e que tinha sentido, sim. Eu fui pai e mãe dos meus filhos e enfrentei toda a sociedade para criá-los. E eu acho que a mulher que faz isso, ela é muito mulher e está inclusive ajudando a sustentar esse capitalismo que está aí. E ela não é reconhecida, é um ser de segunda categoria.

— E a Associação do Bairro?

— **Berta:** Eu tinha uma grande vontade de fazer uma associação no meu bairro. Porque era um bairro morto, não tinha nada. As ruas não eram calçadas, esburacadas, não tinha esgoto, água, coisa nenhuma. Então, na luta do movimento de transportes, a gente aprendeu a importância de uma Associação de Bairros. E, com a ajuda de um companheiro da Pastoral Operária, eu comecei a participar e fundei a Associação do Bairro Araguaia, junto com outros companheiros.

— E sua participação no movimento de transportes?

— **Berta:** Quando nós começamos eram 30 Associações de Bairro. Foi tirada uma comissão de seis pessoas numa assembleia, entre elas eu, que continuo até hoje. Agora nós já temos no movimento 55 associações, que estão unidas contra esse aumento absurdo que vai vir agora, segundo a Metrobel, de 35 a 45%.

— Como é a participação das mulheres na Associação?

— **Berta:** Na primeira reunião tinha muita gente, mas só um homem. A luta é das mulheres mesmo. Em todas as

reuniões aparecem mais mulheres, os homens são raríssimos. Não sei se eles têm vergonha de participar junto com a mulher, porque ele julga ela inferior... A mulher tá aí na luta da casa, dos filhos, na luta da Associação de Bairro, do trabalho, na luta da Igreja. Eu vejo uma participação muito grande da mulher.

— Fala mais da sua vida antes do PT.

— **Berta:** Minha vida foi muito difícil, porque encontrei barreiras de todas as maneiras. Primeiro os tabus. Coisas que ensinaram pra gente totalmente erradas. Havia repressão por parte do meu marido, que era um militar. Ele me reprimiu como mulher, pelo ciúme, ou... eu não entendo bem porque. E também através do que ele era, um militar. Eu era uma pessoa que não tinha direito de pensar, de agir, nem nada. Eu sempre andei sob os pés de outras pessoas, sempre como escrava. Porque eu fui uma escrava até entrar para o PT. Todo tipo de repressão que pode ser feita a uma pessoa, foi feita a mim. E eu me tornei livre, me libertei foi depois que comecei a participar do PT.

Depois que eu comecei a participar do PT foi que senti que a minha vida foi grande e que tinha sentido, sim.

— Havia violência na sua casa?

— **Berta:** Sim, muita violência. Não só contra mim, mas contra meus próprios filhos. Em várias ocasiões, até revólver o meu marido tirava pra mim e pras crianças. Eu vivi uma vida totalmente violenta e não tinha a quem recorrer. Eu achava, às vezes, que somente a morte podia me dar alívio. E muitas vezes eu pensei mesmo em morrer junto com os meninos, sabe? Mas não sei, acho que tinha um força maior dentro de mim, que me empurrava para frente, para eu continuar lutando, continuar lutando. E quando ele morreu, eu acostumada com aquela vida, eu continuei parada, vivendo uma vida totalmente isolada. E de repente apareceu o PT. Então ele foi uma verdadeira terapia. Mudou minha cabeça e me mostrou que a gente deve enfrentar isso que tá aí com a cabeça erguida. E pensar que, se tem tabu, as pessoas que fizeram os tabus que fiquem com eles.

Porque a liberdade é um direito que nos cabe e acho que a mulher tem que enfrentar mesmo esse tipo de problema e acabar com uma série de tabus que ainda hoje na sociedade são impostos a nós. Como o problema da gravidez, os problemas no trabalho e tudo mais. Mesmo na rua, quando a gente sai à noite. Uma mulher quando sai à rua, os homens acham que têm o direito de atacar, de atacar moralmente. Nós devemos enfrentar e mostrar para esses homens, que quando uma mulher passa, ela é tão digna quanto outra pessoa qualquer. A mulher não deve se vergar hora nenhuma. Ela deve olhar pra frente, se manter firme até o fim, até a vitória final.

— E seus filhos?

— **Berta:** Eu tive quatorze gravidezes. Tive nove filhos que nasceram com vida e perdi uma filha. Hoje tenho oito filhos, o mais novo com quatro anos, e dois netos. Para criar os meus filhos eu lavei roupa, bordei muito — com luz de lamparina, porque não podia pagar luz elétrica. Também costurava e trabalhei como vendedora, trabalhei em gabinete dentário... Meus filhos sabem que toda a vida eu sofri muito, então eles me apoiam de uma certa forma. Três são do PT, os outros me apoiam tomando conta dos pequenos, tomando conta da casa. Porque eu, na minha casa sou visita. Saio de manhã e volto à noite. Então, de alguma forma eles estão me apoiando.

— E a sua candidatura, como foi?

— **Berta:** A gente aprendeu que de política, só os grandes podiam fazer parte. Quando o pessoal que faz parte do PT começou a levantar os nomes de possíveis candidatos, eu não estava presente. Minha mãe estava mal e eu estava cuidando dela. Perdi algumas reuniões e quando fiquei sabendo simplesmente eu achei um absurdo eu sair como candidata. Eu me sentia totalmente incapaz, como uma pessoa baixíssima, que não tinha a menor condição de enfrentar uma candidatura de deputada, vereadora. Mas hoje não. Hoje eu posso perceber que eu tenho a mesma capacidade que os doutores que vão à faculdade. E eu tenho apenas 6ª série ginasial.

Devemos pensar que, se tem tabu, as pessoas que fizeram os tabus que fiquem com eles

— E como você foi indicada?

— **Berta:** Vários nomes foram levantados no núcleo do Barreiro de Cima e esses

nomes foram levados para uma Assembleia Popular, no salão da Igreja. E o pessoal que tava lá tinha todo direito de se opor àqueles nomes ou ficar com eles. Então, entre estes candidatos, eu saí e o companheiro Lourival e também o Marquinhos. A assembleia tinha mais de 300 pessoas.

— Quem você pretende atingir na sua campanha?

A mulher não deve se vergar hora nenhuma. Ela deve olhar pra frente, se manter firme até o fim, até a vitória final.

— **Berta:** Pretendo atingir o funcionário público subalterno do Estado. Isso porque eu sou servente escolar e recebo apenas Cr\$ 12.800,00, sem descontos. É um absurdo que uma contratada ganhe muito menos que uma efetiva, se a gente faz o mesmo serviço. E não temos nenhum direito. Se amanhã a diretora do grupo quiser mandar a gente embora, só temos direito àqueles dias que a gente trabalhou.

Mas minha campanha é principalmente para as mulheres. Porque eu acho que nós, mulheres, temos que lutar pela mulher. Chega de tanto sofrimento, tanto tabu, tanta discriminação.

— Qual a luta mais importante para a mulher?

— **Berta:** O trabalho. Nós temos duas jornadas de trabalho e recebemos menos, com trabalhos piores. As vezes trabalhamos mais que os homens e não somos reconhecidas. E acho que a primeira coisa é reeducar essa mulher que ela não nasceu pra viver dentro de uma casa.

— E a questão da repressão sexual, tem importância?

— **Berta:** Tem muita. Porque a mulher é reprimida em todos os sentidos. A mulher é levada a ser escrava do homem, a se submeter em tudo. E não há porque só o homem ter direitos. Acho que a mulher, no problema da sexualidade, por exemplo, é muito importante que ela faça o sexo quando ela sentir vontade de fazer e não obrigada como foi até agora.

— As mulheres estão se mobilizando na sua campanha?

— **Berta:** Bastante mesmo. Acha que uma candidatura de mulher é muito importante, já que as mulheres até agora não tiveram nenhum direito a nada. E as mulheres que estão aí e são candidatas, são a favor do sistema e não estão do nosso lado. Então elas vêm em mim uma esperança, como candidata mulher, por um partido de trabalhadores.

Afroamerica latina — III Congresso da Cultura Negra

Buscando uma nova identidade

Mais de 200 intelectuais e militantes negros de todo o continente afro-americano e da África decidiram a criação da Organização Interamericana dos Negros que terá, a princípio, dois representantes de cada país. Granada, no Caribe, sediará o próximo encontro da Cultura Negra das Américas.

Por Hamilton Cardoso

Miséria, violência, discriminação racial, exploração sexual e a busca de uma consciência popular anti-racista e revolucionária são traços que unem os negros de toda a Diáspora, especialmente da nossa América Afro-Latina. É o que se conclui do III Congresso de Cultura Negra das Américas que durante os dias 21 a 27 de agosto reuniu mais de 200 intelectuais e militantes negros de todo o continente afro-americano e da África, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Milhões de negros dos Estados Unidos, da Costa Rica, do Panamá, do Brasil e outras nações do continente têm como identidade comum, não só a cor da pele ou as culturas e tradições africanas, mas também o cotidiano. O desemprego, a violência policial, a marginalidade política e a luta em busca da ampla consciência negra marcam as suas vidas. Não há luta contra o racismo que não englobe a luta contra as aristocracias da América Central, contra o regime militar brasileiro, chileno ou argentino, pelo fim da hegemonia do imperialismo norte-americano.

Organizado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros da PUC e pelo Teatro Experimental do Negro — ambos dirigidos pelo professor Abdias do Nascimento — o encontro enfrentou uma série de barreiras para a sua realização. Foi boicotado pelo Itamaraty, que durante um ano negou-se a encaminhar à Organização dos Estados Americanos e a UNESCO o protocolo de pedido de verbas, impedindo, assim, a concessão de alguns milhares de dólares que seriam utilizados para a participação de delegados representando movimentos negros de várias partes do mundo. Por outro lado, o fato de o professor Abdias do Nascimento ter centralizado internacionalmente a organização do encontro em suas mãos acabou por desmobilizar muitas organizações negras do país e do exterior que negaram-se a participar do Congresso em sinal de protesto contra as formas “anti-democráticas” de encaminhamento. Mesmo assim, 186 delegados, dos quais 30 estrangeiros além de outros observadores, estiveram presentes para propor e aprovar a criação da Organização Interamericana dos Negros e recomendar a organização das mulheres negras e sua maior participação nos movimentos negros de todo o mundo. Os delegados aprovaram ainda que os organizadores do IV Congresso, a realizar-se em Granada, no Caribe, devem procurar ampliar a participação dos



movimentos e organizações negras, além de representantes dos governos e povos em revolução em todo o continente.

A participação dos negros nas revoluções

Um debate bastante rico durante o encontro foi sobre a participação dos trabalhadores negros nas organizações políticas e nos processos de lutas populares do continente. Marvin Wright Lindo, do Partido Autêntico Limonense da Costa Rica, criticou a Frente Sandinista, que segundo ele estaria permitindo a continuidade das práticas “de discriminação racial na Nicarágua”, especialmente com os negros da região de Bluff e os índios Miskitos “com idioma e cultura específicos, marginalizados em suas características próprias”. Ele afirmou que a participação dos negros na revolução sandinista é bastante limitada, assim como a consciência do governo nicaraguense quanto às contradições raciais do Continente.

Humberto Brown, da Nueva Alternativa del Pueblo Panamenho, por outro lado, destacou que há limites históricos impostos à Frente Sandinista “que vem desenvolvendo profundo esforço no sentido de integrar os negros e índios Miskitos no processo revolucionário”. Ele

explicou, que estas populações, “históricamente marginalizadas do processo político nacional da Nicarágua, vêm sendo utilizadas pelos contra-revolucionários para desmoralizar a revolução sandinista. No entanto”, afirmou, “o governo sandinista tem desenvolvido intensos esforços para integrar os negros e índios à revolução, seja através de projetos de educação utilizando os idiomas regionais, seja através da afirmação das culturas locais destas populações”. Neste momento, segundo ele, muitos militantes dos movimentos negros de vários países da América latina procuram deslocar-se à região para fortalecer os esforços sandinistas para a ampliação da consciência específica destas populações oprimidas e sua integração no processo revolucionário.

Com relação a Cuba, também acusada de perpetuar a discriminação racial, Humberto Brown afirmou que muitos negros já ocupam importantes cargos de direção no governo cubano, ao mesmo tempo que um período de florescimento de afirmação da cultura negra tem lugar naquela ilha do Caribe. Ainda ressaltou o papel de solidariedade que Nicarágua e Cuba têm desenvolvido com relação à revolução negra socialista de Granada.

Organização negra internacional

Do lado brasileiro, vários militantes e intelectuais negros denunciaram a ausência de uma prática política mais comprometida, das organizações de esquerda e dos movimentos populares com a luta contra o racismo, ressaltando a necessidade dos movimentos negros darem um novo passo adiante, no sentido de integrarem a luta contra o racismo com as lutas específicas de toda a população contra a exploração econômica: “É preciso que os movimentos negros brasileiros desenvolvam novas concepções alternativas ad nível do poder na sociedade brasileira, superando, assim, o

aspecto meramente reivindicativo que nos tem caracterizado”, ressaltaram Rafael Pinto e Dulce Pereira, delegados brasileiros.

Em busca de formas comuns de lutas que consigam dar novas expressões políticas aos movimentos negros do continente, foi proposta a criação da Organização Interamericana dos Negros. A princípio com dois representantes de cada país, que deverão reunir-se durante as reuniões preparatórias do próximo Congresso, ela deverá estimular o desenvolvimento de movimentos e organizações políticas negras nos países do continente e buscar organizá-los dentro de uma perspectiva comum, identificada com as lutas contra o racismo e pela libertação do continente. Esta organização, no entanto, segundo declarou Gerald Maloney, Presidente do IIº Congresso de Cultura Negra do Panamá, “só terá sentido se nossas organizações efetuarem um giro definitivo para a organização de amplas massas negras, inseridas nos movimentos populares contra o desemprego, o alto custo de vida, por liberdade sindical, contra a violência policial, pelo estabelecimento da democracia e pelo fim da dependência nacional”.

Contra o machismo

Uma das participações mais ativas do IIIº Congresso de Cultura Negra das Américas foi a das mulheres. Reunidas num grupo de trabalho específico, protestaram: “as mulheres devem participar em todos os grupos”.

Elaboraram um documento próprio, onde além de saudar as mulheres de Granada, El Salvador, Cuba, Angola, Moçambique, Zimbábue e Nicarágua, exigiram o reconhecimento do “papel fundamental que desempenhamos quanto à transmissão dos valores da cultura de nossos ancestrais, nossa participação decisiva na acumulação de riquezas das novas sociedades americanas e na formação cultural dessas sociedades”.

Por outro lado, denunciaram a intervenção imperialista em Porto Rico e em El Salvaor, a ditadura de Duvalier no Haiti, a desigualdade de direitos e deveres, de educação, de oportunidades de emprego e remuneração. Ao mesmo tempo, recomendaram “a ampliação da ação sindical das domésticas” no sentido de criar “mais sindicatos, centros de ajuda legal, econômica para todas as trabalhadoras, ativas e aposentadas”. Após condenar os programas de natalidade como o Pró-Família e defender o direito ao controle do próprio corpo, criticaram a exploração sexual, o paternalismo masculino e o machismo, nas organizações políticas, negras ou não, que não incentivam o desenvolvimento político da mulher.

Para concluir, a presidente do grupo de trabalho sobre as mulheres negras, Dulce Pereira Cardoso, em nome de todas as mulheres, propôs que a vice-presidência do Congresso de Cultura Negra das Américas na América Central seja ocupada por Esmeralda Brown, panamenha, e que se garanta sua permanência na Coordenadoria Internacional do IVº Congresso de Cultura Negra das Américas, a realizar-se em Granada, em 1984.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 Fone: 852-8880 - C.G.C. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição e Folioto: Editora Letra Ltda. Rua Artur de Azevedo, 1977 tel. 212-5061 Impressão: Cia Editora Jorjães, rua Gastão da Cunha, 49 tel. 531 8900 - SP

Desrespeitado III CONEB

Novo golpe da diretoria da UNE

Por Beto Rodrigues (*)

A pesar de uma gestão desastrosa, do desalento e, ao mesmo tempo, da enorme oposição que sua política vem despertando entre todos os estudantes, a atual diretoria da UNE não se vexa: está usando de todos os recursos à sua disposição para aumentar suas chances de se perpetuar. O último golpe perpetrado contra as bases do movimento foi duplo: adiar o 34º Congresso da UNE e não convocar a reunião do CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) prevista para preparar este congresso, desrespeitando duas decisões do CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base), realizado de 17 a 19 de julho em Belo Horizonte (ver EM TEMPO nº 155). Como é óbvio, o CONEB é uma instância de deliberação superior à diretoria da UNE, que deveria portanto acatar suas decisões.

O adiamento foi, a primeira vista, inocente: mareado pelo CONEB para os dias 24, 25 e 26 de setembro, o congresso foi transferido, sob a alegação de motivos técnicos, para uma semana depois, de 1 a 3 de outubro. Mas o fato é que nesta data ele coincide com o I Encontro da Juventude

de Gaúcha, o "Cio da Terra", organizado pela UEE do Rio Grande do Sul, o que acaba criando grandes problemas para a participação dos estudantes gaúchos. Não por acaso, esses estudantes têm apoiado massivamente a oposição à política dessa diretoria e certamente enviarão ao congresso um grande número de delegados comprometidos com suas propostas. A não convocação do CONEG completa o golpe: os estudantes ficam sem uma instância onde possam reverter o adiamento e garantir o respeito às decisões do CONEB.

É importante ter claro que o "Cio da Terra" não é uma promoção qualquer. Programado desde o início do ano, e massivamente divulgado desde abril, o Encontro prevê três dias de acampamento no Parque da Festa da Uva, em Caxias do Sul, com shows de música, mostras de teatro e cinema, dança, literatura, folclore e debates sobre ecologia, feminismo, sexualidade, movimento estudantil, o índio, o negro, política nacional e internacional e trabalho pastoral.

Um leque tão grande de interesses se encaixa dentro de uma das orientações

fundamentais da atual gestão da UEE-RS: ampliar a atuação do movimento estudantil no campo da cultura e das questões que afetam a juventude. Esta preocupação, aliás, é uma das grandes diferenças entre o bloco de oposição e a atual diretoria da UNE. Para se ficar em um único exemplo, Orlando, o atual diretor de relações internacionais, chegou ao descarteamento de dizer que, afinal, "o Cio da Terra é um festivalzinho de fumo e maconha", deixando claro seu nível de percepção dos problemas culturais.

Ao contrário do que julga a diretoria da UNE, o "Cio da Terra" vem tendo ampla repercussão em todo o Rio Grande do Sul, na capital e no interior, e não apenas entre os universitários, mas também entre os estudantes secundaristas e a juventude em geral. Ao criar problemas para a sua realização, além de manobrar para tentar melhorar sua situação, a diretoria da UNE desfecha um golpe contra a juventude gaúcha que, seguramente, não ficará sem resposta no 34º Congresso.

(*) Beto Rodrigues é secretário geral da UEE RS e militante do PT

I ENCONTRO DA JUVENTUDE GAÚCHA



UEE MÚSICA LITERATURA DANÇA TEATRO CINEMA FOLCLORE DEBATES ESCOLA PARA A JUVENTUDE CULTURA SOCIAL TRABALHADORIA
1, 2 e 3 de outubro - caxias do sul

A reunião do bloco de oposição

Com a participação das tendências Liberdade e Luta e Correnteza, simpatizantes dos jornais Convergência Socialista, EM TEMPO e estudantes independentes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Norte, foi realizada, no último dia 7 na sede do DCE da PUC SP uma reunião aberta do bloco de oposição à política da diretoria da UNE (ver EM TEMPO nº 157). A grande ausente foi a corrente Caminhando que embora convidada, não enviou nenhum de seus membros.

As discussões giraram em torno de dois pontos. Em primeiro lugar, o que fazer face ao adiamento do 34º Congresso da UNE para uma data coincidente com o I Encontro da Juventude Gaúcha (ver a matéria Novo golpe da diretoria da UNE). Em segundo, as diferentes propostas de programa existentes dentro do bloco e a possibilidade de sua unificação com vistas à tirada de delegados para o congresso.

Os resultados das discussões não foram dos melhores. Não se chegou a um consenso quanto ao que fazer perante o golpe da diretoria da UNE e, na questão do programa para o 34º Congresso, a discussão — de antemão prejudicada pela ausência do Caminhando, não passou de uma rodada inicial, com algumas posições chegando até mesmo a questionar a existência do bloco de oposição.

É importante ressaltar que, com esse nome ou com outro qualquer, em todos os principais momentos do movimento estudantil mais recente, as propostas alternativas à política conciliadora da diretoria da UNE confluíram em torno do bloco de oposição. Assim, nesse bloco está a esperança de se forjar uma direção que reorganize a UNE, colocando-a em seu lugar de entidade unitária, democrática, representativa e de lutas, e, desse modo, sua consolidação deve ser colocada acima da pretensão de crescimento de qualquer corrente em termos individuais.

Uma profunda discussão no interior do bloco de oposição continua, pois, sendo de vital importância. Desse modo, é necessário reafirmar a proposta de, tanto no Congresso da UNE como no da UEE SP, realizar uma Convenção de todos os delegados que se colocam numa perspectiva de oposição à política da diretoria da UNE para fechar as propostas de ação, o programa de reivindicações e as chapas a serem apresentadas nesses Congressos.

O balanço de duas políticas antagônicas

Por Álvaro Frota e Flávio Silveira (*)

A situação das UEEs de São Paulo e do Rio Grande do Sul fornece um precioso elemento para o balanço das políticas da diretoria da UNE e do Bloco de oposição: enquanto a UEE SP praticamente não existe aos olhos dos estudantes, a UEE RS aprofunda sua inserção, conseguindo coordenar o trabalho das entidades de base.

Durante a atual gestão da UEE RS houve grandes avanços no movimento estudantil do Rio Grande do Sul. A UEE conquistou o reconhecimento público não só entre os estudantes gaúchos mas também nos outros setores da sociedade, isolando o DEE, entidade ligada à ditadura e que tenta se contrapor à sua existência. A reconstrução material da entidade foi iniciada, buscando-se um acúmulo de forças que permita a retomada da sede. E, o mais importante, hoje a UEE não é apenas uma entidade a mais no Rio Grande do Sul, uma sigla que paira no ar e aparece ou nos jornais ou de vez em quando nas assembleias; hoje a UEE é uma eficaz coordenadora do trabalho das inúmeras entidades de base do estado.

Três foram as preocupações centrais da atual gestão. Primeiro, dissecar o que é hoje o ensino no Brasil, em particular o ensino universitário, com o I Seminário Estadual de Educação avançando nesse aspecto. Além disso, democratizar a entidade, abrindo-a à participação de todos os estudantes. Na luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários, por exemplo, a UEE respeitou e levou a frente todas as deliberações das

assembleias, buscando também coordenar as mobilizações nas três universidades federais do estado. Finalmente, a terceira preocupação central foi ligar a questão cultural e os problemas que afetam a juventude ao cotidiano do movimento, não só pelo fato disso promover enormemente a UEE sobre toda a juventude do estado, alargando sua base social, mas também no sentido de estimular a discussão ideológica do sistema de dominação burguesa no terreno mais fértil para isso. Aliás, todo esse trabalho deveria culminar no I Encontro da Juventude Gaúcha, hoje colocado em risco pela atitude da diretoria da UNE de adiar o 34º Congresso para a sua data (ver matéria Novo golpe da diretoria da UNE).

O contraste

Finalizando um ano de gestão, o IV Congresso da UEE RS não vai ser algo grandioso, pois a situação do movimento no Rio Grande do Sul não é nenhuma maravilha. Assim, será feito o balanço dos avanços e debilidades da atual gestão, aprofundando uma linha de trabalho para a entidade e, principalmente, deverá ser discutida a situação geral do movimento estudantil brasileiro com

as conseqüentes propostas para a saída da crise.

A situação da UEE SP contrasta enormemente com a da UEE RS. A entidade só aparece de vez em quando pelos jornais ou para dar "apoio moral" a alguma luta. A maioria de sua diretoria, ligada ao jornal Hora do Povo simplesmente abandonou o trabalho, só aparecendo para provocar tumultos nas reuniões estudantis. O Conselho Estadual de Entidades não consegue quórum há muito tempo. Assim, a UEE SP se reduz a uma sigla que paira no ar, nada conseguindo fazer no sentido de coordenar as entidades de base e dirigir o movimento estudantil em São Paulo. Desse modo, a principal tarefa do IV Congresso da UEE SP é levantar as reivindicações estudantis e elaborar um plano de ação no sentido da reorganização do movimento e reafirmação da UEE como entidade unitária, democrática, representativa e de lutas dos estudantes paulistas.

(*) Álvaro Frota é suplente da diretoria do Grêmio Politécnico e Flávio Silveira (Caco), é coordenador geral do DCE UFRGS. Ambos são militantes do PT.